Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974

Jorge Pedro Sousa
(Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo)
jorgepedrosousa@hotmail.com

Em jeito de introdução...

Desde a fundação da nacionalidade que houve dispositivos pré-jornalísticos em Portugal, como as crónicas (de que é exemplo a celebrada *Crónica de D. João I,* de Fernão Lopes) e as cartas. Na segunda metade do século XVI começaram a ser editadas folhas noticiosas ocasionais de temas variados, algumas das quais sob a forma de pequenos livros. Nesse plano, Portugal acompanhou aquilo que se ia passando nos restantes países europeus.
Do mesmo modo, tal como aconteceu noutros países da Europa, o século XVII trouxe a Portugal a novidade do jornalismo periódico. O seu primeiro indício foi a publicação ocasional de duas relações pluritemáticas de notícias, em 1626 e 1628, mas, em 1641, graças à necessidade de propagandear a Restauração da Independência, começou a circular no país o primeiro jornal periódico português: a *Gazeta*.

1. A génese do jornalismo periódico em Portugal

A primeira relação portuguesa pluritemática de notícias impressa, pelo menos a primeira das que sobreviveram, foi a *Relação Universal do que Succedeu em Portugal e Mais Provincias do Occidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626*, redigida por Manuel Severim de Faria e extraída de um conjunto de relações manuscritas do mesmo autor, reunidas na obra *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*.
A *Relação Universal* apareceu em 1626, em Lisboa, e foi reimpressa em 1627, em Braga. Manuel Severim editou, contudo, um segundo número das suas *Relações*, compreendendo notícias do período de Março de 1626 a Agosto de 1627, que foi impresso em Évora, em 1628[1].
As *Relações* de Manuel Severim de Faria tinham a forma de um pequeno opúsculo (formato de quarto, sensivelmente 20 cm x 14 cm), eram impressas em papel de linho e continham notícias de várias partes do mundo, sendo o primeiro número (32 páginas) mais volumoso que o segundo (18 páginas). Porém, conforme dissemos anteriormente, é possível que, mesmo contando com a existência de diversas folhas volantes monotemáticas (algumas também designadas "relações", no sentido de serem um *relato*), essas *Relações* de Manuel Severim de Faria nem sequer tenham sido as únicas publicadas em Portugal nessa época, pois existe na Torre do Tombo uma Carta Régia, datada de 26 de Janeiro de 1627[2], onde se regista que, nessa data, já existiam *relações de notícias* há alguns anos em Portugal:

> "De alguns anos a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir relações de "novas gerais"; e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes,

[1] Tengarrinha (1989: 29 e 35) opõe-se a que estas *Relações* de Manuel Severim de Faria sejam consideradas o primeiro jornal periódico português, pois apenas foram editados dois números, pelo que "não têm, como se exige no jornalismo, carácter e periodicidade", falta-lhes "duas condições essenciais: continuidade e encadeamento".
[2] Maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19, dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão Soares, como veremos posteriormente.

ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com especial cuidado”.

Assim, através dessa Carta Régia alargava-se às *relações de notícias* (incluindo quer as folhas volantes quer os primeiros jornais) o sistema de censura prévia e de licenças de impressão já patente nas Ordenações do Reino:

> “Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios ou de se mandarem imprimir fora deles livros ou obras feitas por nossos vassalos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir neles nem fora deles obra alguma, de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição. E achando os ditos desembargadores do Paço que a obra é útil para se dever imprimir, darão por seu despacho licença que se imprima, e não o sendo, a negarão. E qualquer impressor livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir ou mandar imprimir algum livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos e a outra para o acusador” (Ordenações do Reino, livro 5º, título 102).

Os constrangimentos legais à imprensa, decorrentes do modelo normativo e funcional de jornalismo francês do século XVII, cercearam, assim, o jornalismo português emergente. Aliás, a Restauração da Independência de Portugal, a 1 de Dezembro de 1640, também não trouxe boas novidades à emergente imprensa portuguesa, pois logo em 1643 foram publicadas, por Dom João IV, leis que reforçavam o sistema de licenças prévias e censura, revigoradas por um decreto de Agosto de 1663. Essa situação só mudou com o liberalismo, no século XIX (recorde-se que no século XVIII, mais especificamente em 1768, foi, inclusivamente, instituída em Portugal a Real Mesa Censória).

A primeira gazeta portuguesa, publicação noticiosa inspirada na *La Gazette* francesa de 1631 (Tengarrinha, 1989: 38), é a *Gazeta*, cujo primeiro número se intitulou *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, publicada em Lisboa, com privilégio real concedido a Manuel de Galhegos, e que, como algumas das outras gazetas, parecia, na forma (cerca de 20 x 14 cm) e volume (12 páginas), um pequeno opúsculo. Essa gazeta, que inaugura o jornalismo periódico em Portugal, foi publicada, com maior ou menor regularidade[3], até 1647, sendo o conjunto dessas publicações conhecidas como “gazetas da Restauração”. Em Outubro de 1642, a *Gazeta* “da Restauração” passou a incluir a menção “*de Novas Fora do Reino*”, pois foi proibida a publicação de notícias nacionais.

Entre 1647 e 1663 não foram publicadas quaisquer publicações periódicas em Portugal, apenas surgiram, pontualmente, folhas volantes, que publicavam, essencialmente, notícias sobre a guerra da independência que Portugal travava contra Espanha (Tengarrinha, 1989: 39).

O *Mercúrio Português* foi a segunda publicação periódica estável que surgiu em Portugal. Apresentava, a forma e estilo da *Gazeta* “da Restauração”, o que evidencia que a denominação *mercúrio*, *gazeta* ou mesmo *relação* não serve, *a priori*, para destrinçar o tipo de publicação de que se trata (para os europeus dos séculos XV e XVI, as designações deveriam ser relativamente equivalentes). Cada número procurava fazer uma cronologia noticiosa dos acontecimentos

[3] Inicialmente, as *gazetas “da Restauração”* tiveram periodicidade mensal e em alguns casos quinzenal, mas posteriormente, tendo em conta os documentos sobreviventes, houve grandes períodos de tempo (por vezes mais de seis meses sucessivos) em que não foram publicadas.

principais ao longo de um mês inteiro[4], embora sem preocupações de encadeamento. Foi editado em Lisboa, entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667.

O propósito principal do *Mercúrio Português* era, tal como escreveu o seu editor, António de Sousa Macedo[5], relatar as novidades da guerra entre Portugal e Castela (Guerra da Restauração), constituindo-se quase como uma crónica noticiosa desse conflito, à semelhança de um folhetim. Os textos do *Mercúrio* têm, assim, um marcado cunho político e propagandístico (engrandecer os feitos portugueses e diminuir o estatuto dos espanhóis), além de noticioso, que também aproximam esse jornal do modelo inglês. Veja-se o seguinte exemplo de notícia do *Mercúrio Português*:

> "Em três deste mês de Março, em duas incursões que Leão Leite de Oliveira, governador da praça de Campo Maior, mandou fazer em Ouguella, encontraram-se quinze cavaleiros do inimigo, com dois tenentes, [tendo os portugueses] tomado treze cavaleiros e ambos os tenentes e noventa cavalos carregados (...) escapando outros. Em vários dias seguintes tomou a cavalaria daquela praça [Campo Maior] (...) outros cavaleiros." (*Mercúrio Português Com as Novas do Mês de Março do Ano de 1664*)

O *Mercúrio Português* incluía alguns títulos na primeira página, além da referência ao mês e ano de publicação. Por exemplo, no número de Julho de 1666, anunciava-se na primeira página que o jornal iria falar do seguinte: "Refere-se a vergonhosa fuga do Exército de Castela na Galiza. E a milagrosa vitória que as armas portuguesas alcançaram em Angola, frente ao poderoso rei do Congo, que foi morto numa batalha".

2. O jornalismo português sob o signo do Iluminismo (século XVIII)

A partir de meados do século XVII, Portugal, no plano jornalístico e não só, começou a atrasar-se irremediavelmente face aos países do Norte e Centro da Europa. O absolutismo régio e a Igreja Católica asfixiavam a sociedade. Assim, entre 1667 e 1715 não surgiram novos periódicos estáveis em Portugal, com excepção de três números de um *Mercúrio da Europa* (editados, semanalmente, entre 20 de Maio e 7 de Junho de 1689) e de dois números de uma *Gazeta* que datam de 1704 e foram financiados pelo Estado[6]. Contudo, a 10 de Agosto de 1715 alguma coisa mudou: surgiu a *Gazeta de Lisboa*, publicada, até 1760, por José Freire Monterroio Mascaranhas.

A *Gazeta de Lisboa* era um periódico oficioso, com dimensões de livro (cerca de 15 x 20 cm), que oferecia notícias sobre o governo (em especial as nomeações), o país e o estrangeiro, de acordo com o escrito no frontispício: "História Anual cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa". Eis alguns exemplos das notícias internacionais que inseria (repare-se no tempo que mediava entre o "acontecimento" e a sua divulgação noticiosa em Portugal):

> "Rússia – Petersburgo 9 de Novembro – Mudou a Imperatriz de assistência, passando do seu Palácio de Verão para o de Inverno, cuja magnificência terá aumentado com espaçosas obras. A Academia desta cidade

---

[4] Um *mercúrio* francês que circulou em Portugal após 1643, entre outras publicações europeias de então, terá fornecido o modelo para o *Mercúrio Português*. Tratou-se de *Le Mercure Portugais ou Relations Politiques de la Fameuse Révolution d'État Arrivée en Portugal depuis la Mort de D. Sébastien jusque au Couronnement de D. Jean IV*, de que, segundo Tengarrinha (1989 : 42), saíram sete números.

[5] Segundo Tengarrinha (1989: 41), os sete números do *Mercúrio* publicados em 1667 já não foram redigidos por Sousa Macedo.

[6] Pode, ainda, referir-se a *Gazeta Composta em Forma de Carta com Algumas Notícias desde o Ano de 1701 até o de 1703*, de José Soares Silva, mas que não se destinava a circular, pelo que não pode considerar-se uma publicação de índole jornalística. A Biblioteca Nacional fez uma impressão dessa "gazeta", em 1933.

acha-se num estado muito florescente, e com a vantagem de ter estabelecido uma correspondência regular com os homens sábios da China e particularmente com os Padres da Companhia, assistentes em Pequim e Nanquim, que logram uma grande protecção naquele Império. Estes têm-lhes comunicado as suas novas observações geográficas sobre a China, Japão e Tartária, e os doutores chinos os progressos que têm feito na Astronomia e nas demais ciências. De todas estas coisas foi condutor Monsenhor de Langé, comissário da Imperatriz em Pequim (...)". (*Gazeta de Lisboa Ocidental*, de quinta-feira 6 de Janeiro de 1735)

"Suécia – Stockolmo 8 de Agosto – Hoje foi publicada aqui a som de trombetas a declaração de guerra contra a Rússia, a qual se contém em um édito, que traduzido diz o seguinte: [segue-se integralmente o édito]." (*Gazeta de Lisboa*, 21 de Setembro de 1741)

"Turquia – Constantinopla – 8 de Outubro – O Grande Senhor acha-se no presente convalescendo das queixas, que tantos tempos combateram a sua saúde. E faz muitas jornadas a vários sítios agradáveis das vizinhanças desta Corte. A 24 do mês passado foi a Backekeny, ver as obras do aqueduto, que por sua ordem se tem começado a edificar, para prover mais abundantemente de água esta cidade (...)" (*Gazeta de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1751)

As notícias acima evidenciam várias coisas:

1) A ambição noticiosa da imprensa, que abarca, inclusivamente, a informação internacional (algumas notícias eram extraídas das publicações estrangeiras);

2) Os problemas nos fluxos de informação, que retardam a divulgação noticiosa dos acontecimentos;

3) A atenção dada às personalidades de elite e aos seus actos, valor-notícia que ainda hoje se evidencia como critério de selecção de informação;

4) A narração de factos pouco relevantes, na ausência de "notícias duras" (com excepção da notícia da eclosão da guerra russo-sueca);

5) O estilo narrativo das notícias, simples mas algo rebuscado e, por vezes, engalanado por adjectivos (que corresponderia ao gosto e às formas de expressão "elegantes" da época);

6) A interligação de "factos independentes" na narração, conforme é particularmente visível na primeira notícia;

7) Uma certa noção de que o início da notícia deve ter algo importante a dizer ("O Grande Senhor acha-se no presente convalescendo..."; "Hoje foi publicada ao som de trombetas a declaração de guerra contra a Rússia...", etc.), o que evoca o conceito de *lead*.

Entre 1760 e 1762, a *Gazeta de Lisboa* passou a ser elaborada e publicada pelos funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, por privilégio real (para permitir que esses funcionários aumentassem os seus

rendimentos), passando, então, a ser conhecida popularmente como *Gazeta dos Oficiais da Secretaria*. A partir dessa altura, a *Gazeta de Lisboa* passou a seguir uma orientação ainda mais administrativa, fornecendo a primeira matriz em que se viria a fundar, futuramente, o diário oficial português, actualmente designado *Diário da República*.

Durante o século XVIII, também surgiram vários *mercúrios* (*livros noticiosos* com extensas listas de notícias soltas, muitos deles não periódicos) em Portugal, como, entre outros, em 1741, o *Mercúrio Político e Histórico*, traduzido de publicações estrangeiras. A partir de meados do século XVIII, diz Tengarrinha (1989: 42), alguns mercúrios tomaram uma "feição filosófica e literária", tradição que não se desvanecerá no século XIX, encontrando-se entre eles, por exemplo, o *Mercúrio Filosófico* (1752), o *Mercúrio Gramatical* (1753) e o *Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa* (mensário, 1794).

O *Mercúrio Histórico de Lisboa*, de 1743, publicado até 1745, embora ostente a designação *mercúrio*, é notoriamente semelhante às gazetas, até na periodicidade (semanal), o que evidencia que, na realidade, não se podem diferenciar as publicações jornalísticas noticiosas do século XVIII unicamente pelo título.

Além dos *mercúrios*, várias outras publicações surgidas em Portugal com outras designações, como "gazeta", assumiram uma linha editorial erudita, filosófica, artística, científica e literária. Em 1761, por exemplo, surgiu, em Portugal, o mensário *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente se Vão Publicando na Europa* (Julho de 1761), mantendo a dimensão dos livros (cerca de 15 x 20 cm). Esse periódico procurava, essencialmente, dedicar-se aos assuntos literários, filosóficos e morais, conforme indiciado logo no "Discurso Preliminar" do primeiro número, da autoria de Francisco Bernardo Lima:

> "O gosto das artes e ciências, que neste século se tem felizmente propagado por todas as nações civilizadas, produz tal variedade de novas ideias e de composições igualmente sólidas que parece impossível conhecer, ainda que imperfeitamente, todos os assuntos de que tratam, ou ainda fazer juízo sem uma notícia regular, e metódica, daquelas, cujos Autores aspiram ao sublime lustre da reputação literária, e querem na República das letras um lugar distinto dos escritores vulgares.
>
> Aquela racional tolerância dos Soberanos e Governos sábios a respeito de todo o género de produções literárias, que não tendem a destruir os dogmas e máximas estabelecidos da Religião e do Estado, sendo causa de se universalizarem as letras e de se multiplicarem os escritos, é filha da mais sábia política pelos benéficos efeitos que dela resultam para o bem geral da humanidade. Sendo o primário objecto desta unicamente o de civilizar os povos com as letras para por meio delas conhecerem o interesse da própria conservação, inseparável da do Estado, e Governo, em que nasceram, seguem-se aqui o adiantarem-se as letras de sorte, que podem deixar esquecidas todas as obras dos séculos, que nos precederão." (*Gazeta Literária* de Julho de 1761)

Após a *Gazeta Literária*, surgiram em Portugal, entre outros periódicos, a *Gazeta Extraordinária de Londres* (jornal predominantemente noticioso, de 1762), o *Hebdomadário Lisbonense* (também um jornal essencialmente noticioso, de 1763) e o já referido *Mercúrio Político e Literário de Lisboa* (igualmente noticioso, de 1794). Também apareceram em Portugal periódicos científicos, médicos, históricos e mesmo "enciclopédicos", que se propunham consagrar à "instrução pública", divulgando notícias sobre inventos, descobertas científicas e novas ideias e livros e ministrando conhecimentos gerais em domínios tão diversos como a literatura, a arte, as ciências e tecnologias e assuntos triviais (como as melhores formas de combater pulgas ou curtir peles). Estes periódicos, aparentemente inocentes divulgadores de informações e conhecimentos, ocultavam o espírito revolucionário do enciclopedismo e das "Luzes". Um deles foi o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para Instrução Geral com a Notícia dos Novos*

Descobrimentos em todas as Ciências, e Artes, cujo primeiro caderno (o jornal era coleccionável) foi lançado em Julho de 1779. Esses periódicos mantinham as dimensões dos livros (cerca de 15 x 20 cm) e normalmente eram paginados a uma única coluna, tal e qual como os livros. Em suma, segundo Tengarrinha (1989: 46 e 52), a paisagem da imprensa periódica portuguesa (embora nem toda possa ser considerada jornalística, no sentido que hoje damos ao termo) era já bastante diversificada, no final do século XVIII e início do século XIX, para incluir não apenas jornais noticiosos, verdadeiros antepassados do jornalismo noticioso generalista como hoje o concebemos, mas também periódicos enciclopédicos, jornais de divulgação de cultura e utilidades, de entretenimento, literários e eruditos, científicos, médicos, agrários, comerciais, históricos, musicais, humorísticos, etc.
De dizer também que durante todo o século XVIII se exerceu um controle férreo sobre a imprensa, consubstanciado, essencialmente, na vigilância, na prática da censura e das licenças prévias e ainda nas medidas repressivas contra os críticos e prevaricadores[7], que culminou, em 1768, já no período pombalino, com a instituição da Real Mesa Censória. Segundo Tengarrinha (1989: 48), com a instituição da Real Mesa Censória o agravamento do controlo e vigilância sobre a imprensa portuguesa foi tão grande que, entre 1768 e 1777, ano da morte do rei Dom José, "não se fundou ou publicou qualquer jornal em Portugal". Em 1787, a Real Mesa Censória foi substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura dos Livros, onde predominavam eclesiásticos.
O alarme provocado em Portugal pela Revolução Francesa provocou, a partir de 1789, uma intensificação da vigilância e da censura, tendo-se destacado, nessa época, o intendente-geral da polícia de D. Maria I, Pina Manique.
Em 1794, regressou-se à censura tripartida do Santo Ofício, dos bispos e da Mesa do Desembargo do Paço, modelo que vigorava em Portugal antes da instituição da Real Mesa Censória. De qualquer modo, pode dizer-se, em essência, que durante todo esse tempo e até ao início do século XIX o poder central exerceu um férreo controlo sobre a imprensa portuguesa. As publicações eram ainda afectadas pelo facto de os censores demorarem muito tempo a examiná-las, o que dificultava a actividade dos editores de periódicos (Tengarrinha, 1989: 106).
Duas curiosidades ligadas ao desenvolvimento do jornalismo português no século XVIII: a *Gazeta de Lisboa* inseriu, em 1715, aquele que se considera ser o primeiro anúncio (na altura também designado *aviso*) comercial publicado na imprensa portuguesa (Tengarrinha, 1989: 224) e, em 1716, editou também aquela que se considera ser a primeira ilustração sobre um acontecimento publicada na imprensa portuguesa, um desenho de gémeos siameses unidos pelo ventre, que dizia a respeito a uma notícia desse mesmo teor (Tengarrinha, 1989: 197).

3. O jornalismo português no século XIX

O jornalismo português Oitocentista e, por associação, o brasileiro (numa primeira fase), foram profundamente afectados pelas circunstâncias extraordinárias que agitaram a Europa desde os tempos da Revolução Francesa (1789) até à queda definitiva de Napoleão, em 1814.
A imprensa portuguesa do início do século XIX viveu, assim, sob o signo da reacção do Antigo Regime à Revolução Francesa e às suas ideias. Aliás, no início do século XIX, em plena idade das Luzes, ainda existia Inquisição em Portugal, escondida sob a designação Santo Ofício. A censura retardou a expansão da imprensa, sendo de destacar, neste campo, os decretos do intendente da polícia Pina Manique, que, em 1803, reforçou a censura contra todas as publicações, nacionais e estrangeiras, distribuídas no Reino de Portugal, incluindo as eclesiásticas.

[7] O redactor Correia Garção, por exemplo, morreu na prisão, por ter feito críticas veladas ao Marquês de Pombal (Tengarrinha, 1989: 47).

O início do século XIX foi também o período em que a Europa mergulhou na aventura napoleónica. A primeira invasão francesa de Portugal, em 1807, provocou a fuga da família real para o Brasil. O Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino (de Portugal, do Brasil e dos Algarves). Esse acontecimento teve várias consequências. Politicamente, acabaria por ser o detonador que conduziu à independência do Brasil. Por outro lado, e tal como explica José Marques de Melo (2003: 98 e ss.; 2006: 77-92), foi também o factor que levou à aparição da imprensa no Brasil, cuja implantação teria sido retardada por vários fenómenos sócio-culturais, como o analfabetismo e a pobreza da maioria da população, sem excluir que a metrópole também possa ter tido razões políticas para atrasar o nascimento da imprensa brasileira.
A instalação de Dom João VI e da Corte lisboeta no Rio de Janeiro levou, por iniciativa régia, à publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808 (até 1822), que funcionaria como órgão oficioso do governo do Reino de Portugal e do Brasil (o Brasil foi elevado à categoria de Reino em 1815).
A expansão da aventura napoleónica por toda a Europa originou o aparecimento de uma imprensa anti-napoleónica, muitas vezes clandestina, e de outra pró-napoleónica. Nos países ocupados, as forças francesas chegaram a financiar o aparecimento de novos periódicos pró-napoleónicos, como aconteceu com o *Diário do Porto*[8], um jornal eminentemente noticioso[9], "como praticamente todos os periódicos de 1ª época da imprensa portuguesa" (Jorge, 1979: 70), publicado entre Abril e Maio de 1809, no Porto, por ocasião da segunda invasão francesa. Esse jornal estava ao serviço do marechal francês Soult, um ambicioso militar francês, comandante das forças invasoras, auto-candidato ao trono de Portugal, no âmbito dos desígnios de Napoleão, que pretendia edificar novas casas reais nos países ocupados, sujeitas à suprema governação do imperador. O marechal é assim descrito no número 1 do *Diário do Porto*:

> "Mas a Divina Providência tinha determinado que não padecessem todos pelo crime de alguns, para cumprir os seus profundos e inescrutáveis Decretos permitiu que o Exército Francês fosse comandado em chefe por um herói, em cujo coração se disputam a primazia, o valor e a humanidade. O Ex.mo Senhor Duque da Dalmácia, conhecido antes pelo nome de Senhor Marechal Soult, é este herói, cuja alma escuta sempre mais as vozes da piedade, que os clamores do mais justificado ressentimento. Assim são os homens verdadeiramente valorosos, os verdadeiros heróis, bravos no combate, humanos na vitória"

E, narrando a audiência concedida por Soult a uma delegação de homens de Braga, o *Diário do Porto* incita à proclamação do chefe do exército invasor como Rei de Portugal:

> "Numa palavra, a Casa de Bragança já não existe. Aprouve aos Céus que os nossos destinos passassem a outras mãos e foi particular predilecção da Divina Providência que impera sobre o Universo o ter-nos enviado um homem isento de paixões e que só tem a da verdadeira glória; que não quer servir-se da força que o Grande Napoleão lhe confiou senão para nos proteger e livrar-nos do monstro da anarquia que ameaçava devorar-nos. (...) Por que tardamos pois a congregar-nos ao redor dele, a proclamá-lo nosso Pai e nosso Libertador? Por que tardamos a exprimir o nosso desejo de o vermos à testa de uma Nação cujo afecto soube tão rapidamente conquistar?"

---

[8] Apesar da designação, o jornal não era diário.
[9] António de Resende Jorge (1979: 72), que estudou aprofundadamente o *Diário do Porto*, descobriu que 30,9% da superfície do jornal foi ocupada por notícias militares, 37,3% por notícias variadas, 14,4% por decretos assinados pelo marechal Soult e 5,6% por avisos. O jornal não incluía artigos de fundo propriamente ditos, com excepção de um artigo no primeiro número, elogioso para as tropas francesas, que se tinham abstido de saquear e destruir a cidade do Porto, apesar de, segundo o redactor, tal lhes ser garantido pelo direito de guerra.

Foi no contexto da resistência contra os franceses que se assistiu, entre 1808 e 1809, à fundação de novos periódicos, alguns deles diários, como o coimbrão *A Minerva Lusitana* (1808-1811). Aliás, tendo sido Portugal sujeito às invasões napoleónicas, cedo apareceu uma imprensa anti-napoleónica, como o *Diário Lisbonense*, lançado a 1 de Maio de 1809. No número 1 deste jornal diário**,** publicado até 1813, com autorização régia, logo na primeira página pode ler-se, sob o título "Política", o seguinte texto de análise da conjuntura internacional:

> "A longa e sanguinolenta guerra que tem dilacerado o Continente vai a pôr termo. Ela não ultrapassará o Verão do ano que vem de 1810. As mudanças extraordinárias, a perda do equilíbrio e as pérfidas usurpações que têm derrubado uma grande parte dos Tronos fizeram conhecer, de uma vez, à Europa os seus interesses e obrigar a lançar mão das Armas para repelir a ambição da França. A Rússia é a potência que tem feito prolongar a guerra. A paz de Tilsit e a Conferência de Erfut a persuadiram da posse da Finlândia, Moldávia e Valáquia, e este imaginário alcance fez que ela tenha aprovado, e concorrido para injustas usurpações, cujo exemplo é perigosíssimo aos seus próprios Estados. A Áustria, com mágoa grande, tem olhado e sofrido os maiores insultos da parte da França, mas as circunstâncias a têm feito conter-se nos limites de uma humana condescendência.
> Nós sabemos muito bem das correspondências de Erfut com a Grã-Bretanha, as quais não se firmando senão em princípios falsos e orgulhosos, nada produzirão; e ao sim uma resposta decisiva da parte de Jorge III, de uma maneira a mais categórica, cuja correspondência copiaremos nas que se seguirem.
> Resultou depois da conferência dos dois Imperadores a continuação do ataque contra a Espanha, e tudo isto levou seis meses. Neste tempo a Áustria se armou, e se pôs em pé de guerra, como já se achava em fins de Março, e ainda que as operações tenham sido vagarosas, contudo prometem um resultado vantajoso, ainda que não haja de ofício guerra da Áustria com a França (...)".

O excerto do primeiro texto do *Diário Lisbonense* (jornal que mantinha o formato de livro, cerca de 15 x 20 cm, mas já era paginado a duas colunas) atrás inserido mostra que, havendo pouca informação circulante, na imprensa política "de partido" (*party* press) **o *artigo* por vezes substituía a notícia como género jornalístico dominante**. Obviamente, o texto citado evidencia também a necessidade de levantar o ânimo das hostes portuguesas na luta contra a expansão napoleónica, pelo que nada melhor do que exaltar o papel dos inimigos da França e prometer para breve o fim da guerra. O artigo mostra, também, que a imprensa política e político-noticiosa já procurava, no século XIX, avançar para a explicação dos acontecimentos, não se ficando pela mera opinião ou pela tentativa de persuasão.
É de notar, porém, e como descreve Tengarrinha (1989: 62), que **a maioria dos periódicos que apareceu em Portugal durante as invasões francesas** era de **natureza estritamente noticiosa**, publicando notícias sobre a guerra peninsular traduzidas de periódicos espanhóis e ingleses. Por outras palavras, nunca se perdeu a intenção noticiosa no jornalismo português, por muita força que tivesse a imprensa política. Aliás, **mesmo a imprensa política ("party press") era, normalmente, de cariz misto, política e noticiosa**, publicando um ou mais artigos de fundo de cariz político e combativo, mas também notícias (às vezes seleccionadas em função da linha política do periódico).
A partir de 14 de Junho de 1809, a *Gazeta de Lisboa*, até então de periodicidade trissemanal, passou também a diário. A periodicidade diária do *Diário Lisbonense* e da *Gazeta*, entre outros, indicia que em Portugal, apesar do crónico atraso e subdesenvolvimento do país, já havia condições para o aparecimento de jornais diários, embora mais de um século depois deles terem surgido noutros pontos da Europa. Apareceram, aliás, vários outros jornais de periodicidade diária, embora de vida efémera, como o *Novo Diário de Lisboa*, o *Jornal de Lisboa*, o *Correio da Tarde* e *O Mensageiro*.

O jornalismo diário terá, certamente, aprofundado o interesse pelo que havia de novo no país e no mundo, tanto mais que a guerra desestabilizava e ensanguentava a Europa, onde novas ideias se propagavam, sentindo-se necessidade de informações. Esse constante aumento da necessidade de informações e do interesse pelo que se passava no mundo retroactivamente aprofundará a necessidade social de jornais, enquanto veículos de ideias e informações, tal como promoverá o interesse pela imprensa.

Durante as invasões francesas, floresceu, também, uma imprensa clandestina anti-napoleónica no Portugal ocupado, incluindo várias publicações manuscritas e de pequena tiragem, por vezes distribuídas pelas tropas inglesas e portuguesas para incitar o povo à sublevação contra os ocupantes. Mas também apareceram vários periódicos pró-napoleónicos de iniciativa privada, pois as ideias de Napoleão para uma Europa unida à luz dos princípios das Luzes e da Revolução Francesa encantavam alguns sectores burgueses de Portugal.

Entre as publicações manuscritas anti-napoleónicas, de pequena tiragem e circulação quase marginal, pode citar-se, por exemplo, a *Gazeta de Almada*, lançada a 25 de Agosto de 1808, que tinha por principal característica tratar-se de um jornal político-satírico, que procurava pôr os portugueses a rir-se dos invasores franceses. Os jornais satíricos, aliás, tiveram algum êxito em Portugal e, apesar da reposição da censura após a expulsão dos franceses, o triunfo do liberalismo, em 1820, e a garantia formal de liberdade de imprensa deu-lhes novo alento, tendo sido importantes no panorama da imprensa portuguesa até princípios do século XX. Na referida *Gazeta de Almada*, por exemplo, escrevia-se, satiricamente, na primeira página (parodiando os jornais lisboetas ao serviço do invasor):

> "O Ex.mo Senhor Laguarde, verdadeiro redactor das gazetas de Lisboa, não podendo, pelas muitas e sérias ocupações em que actualmente se vê envolvido, continuar na invenção, coordenação e publicação das notícias que mais convêm ao Governo, houve por bem ceder do seu privilégio até à conclusão da paz geral, com a obrigação, porém, de que nas folhas que se publicarem nada se diga que seja ofensivo da honra e dignidade dos Napoleões, ou dos desastres das Armas Francesas. É fácil de satisfazer a esta condição num tempo em que o Árbitro dos Reis parece chegar ao ponto de elevação que os bons Portugueses lhe desejam. O que talvez não poderei conseguir é agradar àqueles habitantes de Lisboa que (...) [não fazem] uma exacta ideia dos heróicos feitos de Leiria, Évora, Beja e Alpedrinha e outras terras, teatros do inato brio dos franceses (...)."

Tengarrinha (1989: 61) inventaria 24 jornais surgidos em Portugal, só em 1809, durante a segunda invasão francesa, "o que dá uma imagem expressiva da efervescência dos ânimos e do dinamismo e combatividade da opinião pública", acicatada contra o invasor.

A expulsão definitiva dos invasores franceses de Portugal, com o auxílio de Inglaterra, não levou à liberdade de imprensa. Pelo contrário. Anacronicamente, as autoridades reforçaram os dispositivos da censura e das licenças prévias para impedir a propagação das ideias liberais, contrárias ao Absolutismo Régio e ao Antigo Regime. Entre 1810 e 1820, são relativamente poucos os periódicos a surgirem, e os que apareceram, como diz o principal estudioso contemporâneo da história da imprensa portuguesa, José Manuel Tengarrinha (1989: 73), seguiam um modelo de jornalismo erudito, versando as letras e as artes, ou então obedeciam a um modelo de jornalismo noticioso, havendo ainda a registar publicações humorísticas e de entretenimento (que dificilmente se podem considerar "jornalismo" como hoje o entendemos).

Segundo Tengarrinha (1989: 73), o único periódico legal publicado em Portugal no período que se seguiu às invasões francesas foi o oficioso *Gazeta de Lisboa*, controlado pelo Governo, que praticava uma espécie de jornalismo político "de partido". Porém, nessa mesma época surgiram também em Portugal folhas volantes e jornais políticos provenientes do estrangeiro, pois vários liberais portugueses exilados procuraram fazer chegar ao país publicações liberais redigidas

e impressas em Inglaterra e França. Todavia, essas publicações cedo contaram com a oposição do regime, que as ilegalizou e que ameaçou com várias penas, da multa à prisão e ao degredo, aqueles que as comprassem, vendessem ou conservassem. São exemplos o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*[10] (publicado entre 1808 e 1822), *O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo (Jornal Político, Publicado Todos os Quinze Dias para Advogar a Causa e o Interesse de Portugal)*, *O Observador Lusitano em Paris* ou ainda *O Investigador Português em Inglaterra*. Este último, essencialmente científico, literário e noticioso, chegou a contar com subvenções do representante de Portugal em Londres, para se opor à influência do *Correio Braziliense*, mas, a partir de Janeiro de 1814, o jornal adquiriu um rumo editorial independente, que levou à suspensão do apoio governamental e à morte do periódico (Tengarrinha, 1989: 87). Há ainda que dizer que a periodicidade desses jornais era variada, havendo jornais quadrimestrais (como *O Observador Lusitano em Paris*, lançado em 1815), mensais (como *O Português*, de 1814) ou quinzenais (*O Campeão Português*, que depois passou a mensal, em 1819). O seu formato era similar ao dos livros (15 x 20 cm), fazendo lembrar pequenos opúsculos ou mesmo livros noticiosos (como no caso de *O Observador Lusitano em Paris*).
Para se ter uma ideia do tipo de discurso político, "partidário" e combativo desses jornais, veja-se o seguinte excerto da "Introdução" ao primeiro número de *O Português*, de 30 de Abril de 1814 (e repare-se como a vivência do presente condiciona as visões que se têm sobre a actualidade, o futuro e mesmo a história, pois o autor não hesita em classificar a sua época como a mais famosa):

> "Somos chegados a uma época que será, mais que todas, sempre famosa na história pelos acontecimentos extraordinários e revoluções (...). Um poder colossal, um império gigantesco (o maior, o mais rico e populoso que têm visto as idades), acabou e foi destruído em poucos meses, derrubado pela opinião e espírito público que o tinham levantado. O Império de Bonaparte acabou porque se mostrou contrário aos direitos dos homens e às liberdades dos povos que o haviam cimentado e sido os primeiros elementos daquele colosso. Desapareceu, finalmente, porque era oposto ao espírito público do nosso século, que é hoje (mais do que nenhum outro até aqui) fundado nos direitos da razão e da natureza.
> Se espraiarmos os olhos pela imensa extensão dos tempos que passaram até nós, se examinarmos os costumes gerais dos vários povos de um mesmo continente em diferentes épocas, vê-los-emos concordar conformes em certas ideias e princípios, e daqui nascer o que hoje chamamos *espírito público*, árbitro supremo da moral dos povos, e primeiro móbil das grandes revoluções."

3.1 A imprensa no período subsequente à Revolução Liberal de 1820

Em 1820, deu-se em Portugal a Revolução Liberal e Constitucionalista. As novas Cortes obrigaram D. João VI a regressar ao país, a 26 de Abril de 1821. As Bases da Constituição estabeleciam, logo no seu número 8, o princípio da liberdade da comunicação dos pensamentos, sem censura. A 12 de Julho de 1821, foi aprovada a primeira lei sobre liberdade de imprensa, que previa mecanismos jurídicos para condenar os abusos dessa liberdade. A Constituição liberal de 1822 reforçou o direito à liberdade de expressão e de imprensa.
O triunfo liberal criou condições para o aumento do número de jornais (publicados, essencialmente, no Porto, em Lisboa e em Coimbra) e permitiu o regresso de exilados, que importaram para Portugal as técnicas, tácticas, tendências e estratégias do jornalismo europeu da época.

[10] O *Correio* é considerado um dos progenitores da imprensa brasileira.

Embora intervenientes, os periódicos, quase artesanais, eram escritos numa linguagem simples e directa, o que facilitava a difusão das novas ideias junto da população (Vargues, 1997). O *Astro da Lusitânia*, surgido a 30 de Outubro de 1820, foi um dos jornais (ainda com dimensão de livro) nascidos nesse contexto. Com uma perspectiva combativa, advogando o liberalismo radical, o jornal procurava influenciar a governação, não temia em acusar o Antigo Regime pelos males de Portugal e em assumir-se como "porta-voz" dos leitores e até do povo em geral, conforme se observa pela "Introdução", onde se apresenta o novo periódico no seu primeiro número:

> "Portugal acaba de fazer uma revolução, que nas idades futuras passará por milagrosa, e servirá ainda de prova de que seus habitantes conservarão alguns restos de virtude, apesar dos contínuos assaltos do Despotismo, que não podendo estender o Ceptro de aço sobre uma Nação moribunda, unicamente tratava de fazer-nos perder aquele carácter com que tanto se ilustraram os nossos maiores nos dourados séculos da Monarquia Lusitana.
> Por um sistema desde longo tempo combinado foram os Portugueses privados de tudo quanto pertencia ao Governo, à legislação e administração da Fazenda: todos esses importantes objectos foram reservados unicamente para certos indivíduos privilegiados e que dispunham de tudo sem responsabilidade alguma. Não havia entre nós quem ousasse pedir contas das rendas do Estado, quem pedisse as razões e os motivos de tantas leis ineptas e parciais. Nós não tínhamos verdadeiramente Pátria.
> Por outra parte, os prémios e as aparatosas honras concedidas àqueles que mais se esmeraram em devorar a substância da Nação, ou iludir com a capa da hipocrisia um Príncipe que a Providência destinou para fazer a felicidade dos seus povos, faziam desviar do caminho da Virtude aqueles que não se contentavam só com a doce satisfação de haver cumprido o seu dever. Estas, e muitas outras causas cuja narração seria longa, e penosa, arrojaram a Nação num conjunto de males cuja existência todos nós sentíamos e para cuja reforma fizemos uma revolução única no seu género. É porém digno de notar-se que havendo hoje em Portugal tantos homens de letras ocupados em escrever jornais e periódicos, ainda nenhum deles se lembrasse de patentear aos olhos do Povo Português quais eram esses vícios, esses abusos, essas instituições monstruosas, que nascidas nos séculos da (...) ignorância, se têm conservado até aos nossos dias, a despeito do bom-senso e da filosofia. Ainda nenhum entre nós se lembrou de apontar os remédios indicados pela Nova Ordem das coisas em que somos entrados."

A partir de 1822, também surgiram em Portugal periódicos contra-revolucionários, ferozmente anti-liberais e truculentos, como o *Gazeta Universal*, o *Braz Corcunda* e o *Trombeta Lusitana*, entre muitos outros. Foi, então, promulgada legislação repressiva da liberdade de imprensa, ainda em 1822, passando o editor ou impressor a ser responsável pelos escritos dos autores e punindo-se os ataques ao Estado.
É interessante notar que a Revolução Liberal, a promulgação da Constituição (1822) e da Lei de Liberdade de Imprensa (1821) também impulsionaram o jornalismo nos territórios ultramarinos. Apareceram, por exemplo, jornais em Goa (*Gazeta de Goa*, de 1821) e em Macau (*Abelha da China*, 1822). Surgiram, igualmente, novos periódicos no Brasil, que deram uma força determinante às reivindicações que acabaram por conduzir à independência brasileira, em 1822, como o *Revérbero Constitucional Fluminense*.
Durante o período de instabilidade política e de rebeliões que agitou Portugal após 1822, tornou-se inconstante a velocidade a que apareciam, anualmente, novos periódicos. O triunfo do golpe absolutista e miguelista da Vilafrancada, a 3 de Julho de 1823, provocou a queda do regime constitucional e restabeleceu a censura e o regime de licenças para a

fundação de jornais. Inclusivamente, entre 1823 e 1826 apenas se publicaram em Portugal periódicos miguelistas, mas vários liberais exilados procuraram introduzir jornais clandestinos em Portugal, animando a causa liberal.
Em 1826, Dom João VI morreu, possivelmente envenenado, o que agravou as tensões e confrontos na sociedade portuguesa entre absolutistas e liberais. A própria Família Real estava dividida. Ao contrário do Rei, a Rainha Dona Carlota Joaquina tinha-se recusado a jurar a Constituição liberal de 1822 e chegou a unir forças com o infante Dom Miguel nos levantamentos absolutistas, o que acabaria por ditar o exílio de Dom Miguel em Viena.
Na sequência da morte do monarca, Dom Pedro I, Imperador do Brasil, filho primogénito de Dom João VI, foi proclamado Rei de Portugal, a 20 de Março de 1826. Ainda no Brasil, Dom Pedro outorgou a Portugal uma nova Constituição, a Carta Constitucional, a 29 de Abril de 1826. A Carta devolvia ao Rei vários poderes e privilégios que lhe tinham sido retirados pela Constituição de 1822, através da instituição, na Lei Fundamental, de um poder moderador, atribuído ao monarca. O Soberano podia, nos termos da Carta Constitucional, intervir sobre os restantes poderes. Três dias após a promulgação da Carta, Dom Pedro abdicou do trono português em favor da sua filha, a Rainha Dona Maria II.
A Carta Constitucional parecia assegurar a liberdade de imprensa, mas sucessivas leis e decretos posteriores coarctaram-na. A censura prévia nem sequer se chegou a extinguir. Não obstante, a promulgação da Carta Constitucional criou condições para a aceleração do ritmo de aparecimento de novos periódicos.
A promulgação da Carta Constitucional originou divisões entre os liberais que defendiam a Constituição de 1822 ("progressistas", em que alinhavam, especialmente, membros da baixa e média burguesia) e os liberais que defendiam a Carta ("conservadores", que agrupavam, essencialmente, membros da alta burguesia). Mais tarde, as divisões no campo liberal originaram, inclusivamente, uma forte instabilidade política e militar.
A partir de 1827, com a conivência de Dom Miguel, deram-se novas sublevações absolutistas. Nesse mesmo ano, Dom Pedro nomeou Dom Miguel regente de Portugal. Em 1828, Dom Miguel regressou a Portugal, aceitando, previamente, casar-se com Dona Maria e governar de acordo com as leis liberais, tendo mesmo chegado a jurar a Carta Constitucional. Porém, traindo a confiança de Dom Pedro, convocou as Cortes e, em 1828, condicionou-as a declará-lo Rei absoluto, iniciando um novo período de instabilidade e de revoltas, que culminou na Guerra Civil.
A proclamação de D. Miguel como rei absoluto e anti-liberal, em 1828, e a sanguinolenta perseguição que ele encetou aos liberais asfixiaram, novamente, a imprensa nas malhas da censura (a cargo da Mesa do Desembargo do Paço), das licenças prévias e da repressão. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*), outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa, já no fim da guerra civil).
Os escassos jornais que se publicaram legalmente em Portugal no período miguelista enalteciam sem reservas a figura de D. Miguel. Distinguiram-se, nessa tarefa, o padre José Agostinho de Macedo, editor de *A Besta Esfolada* e *O Desengano*; o padre Alvito Buela Pereira de Miranda (editor de *O Cacete* e *A Defesa de Portugal*); e ainda outro religioso, Frei Fortunato de São Boaventura, editor de *A Contra Mina* e de *O Mastigoforo*. Apesar disso, algumas publicações de cariz liberal continuaram a surgir no território português, em especial nas ilhas atlânticas (*Crónica Terceira*, nos Açores; *O Defensor da Liberdade*, na Madeira), controladas pelos liberais. Essas publicações circulavam clandestinamente no Portugal amordaçado e digladiavam-se verbalmente com os jornais pró-absolutistas.
As perseguições políticas desencadeadas em Portugal pelos absolutistas originaram, por outro lado, uma segunda emigração de intelectuais e burgueses liberais. Alguns desses novos exilados liberais que rumaram a Espanha, França e Inglaterra elaboraram jornais políticos (alguns deles também satíricos) e político-noticiosos, que enviavam

clandestinamente para Portugal. São exemplos destes jornais *O Correio Interceptado* (1825-1826), *O Cruzeiro ou Estrela Constitucional dos Portugueses* (1826-1827) e *O Português Emigrado* (1828-1829).
Em 1831, Dom Pedro abdicou do trono do Brasil em favor do seu filho, Dom Pedro II, e pôs-se à frente das forças liberais, que invadiram Portugal e derrotaram definitivamente os absolutistas, em 1834. Nesse mesmo ano, Dom Miguel partiu para o exílio e não mais regressaria ao país, mas Dom Pedro morreu.

3.2 O jornalismo português no período de instabilidade (1834-1851)

O triunfo das forças liberais não significou o fim da instabilidade política e militar em Portugal. Nesse contexto, surgiram no país vários jornais políticos "de partido", alguns clandestinos, outros legais, que ajudaram a consolidar o papel da imprensa portuguesa como espaço público e arena pública, embora a leitura de jornais e a participação no processo decisório estivesse circunscrita, nessa época, à minoria alfabetizada e detentora do poder económico. Ainda em 1834, aliás, foi promulgada uma nova Lei da Liberdade de Imprensa, relativamente permissiva, que suscitou um reflorescimento da imprensa portuguesa.
Nessa época, o factor talvez mais interessante para o desenvolvimento futuro do jornalismo português não veio do jornalismo estritamente político e erudito, mas sim do jornalismo político-noticioso e "popular", pois, em 1826, tinha aparecido o primeiro diário "popular" português de sucesso, o *Periódico dos Pobres*, vendido a dez reis, o que o colocava ao alcance de um maior número de bolsas (os jornais políticos das elites praticavam preços que algumas vezes atingiam 60 reis ou mais). O *Periódico dos Pobres* foi publicado até 1846 e chegou a ter pelo menos cinco mil assinantes (Tengarrinha, 1989: 141). Tratava-se de um jornal essencialmente noticioso, escrito numa linguagem simples e que manifestava uma certa independência política, embora alinhasse pela defesa da Carta Constitucional. O seu aparecimento mostra que algumas das ideias que estavam, na mesma época, a permitir a lenta transformação "industrial" da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal. O seu texto de apresentação ao mercado explicitava:

> "Começamos pois a publicar esta folha em que o título, o preço, o estilo, tudo é pobre, e como trabalhamos para os pobres, injustiça seria querer lucrar com eles. A nossa intenção, vendendo esta folha a 10 reis, é que ela possa chegar a todos e não qualquer ideia de prejudicar alguém, o que seguramente protestamos. O nosso estilo é rasteiro, mas estará por isso ao alcance das pessoas para quem escrevemos".

Vários outros jornais "populares", inspirados no modelo do *Periódico dos Pobres*, surgiram em Portugal antes do aparecimento do primeiro jornal noticioso "industrial" (o *Diário de Notícias*), como o *Periódico para os Pobres* (Lisboa, 1827), o *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), o *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), o *Dez Réis − Jornal de Utilidade* (1841) e o *Jornal de Utilidade Pública* (1841). Surgiu ainda, efemeramente, um pequeno jornal mais barato, *O Cinco Réis*.
Se a Lei de Imprensa de 1834 criou condições para o aparecimento de jornais políticos e político-noticiosos, de várias cores políticas, incluindo periódicos críticos para com todas as posições (como *O Azorrague*, de 1838), o triunfo da Revolução de Setembro (10 de Setembro de 1836) e o restabelecimento da Constituição de 1822, bastante mais liberal do que a Carta Constitucional, deu novo alento à criação de jornais em geral. Porém, e como diz Tengarrinha (1989: 156), "A partir de 1838 acentua-se a decadência do setembrismo e toma ascendência crescente o cartismo. Em 1840, da ordem estabelecida pela Revolução de Setembro já pouco restava." Assim, após 1840, o ritmo de criação de jornais

diminuiu, até porque uma nova lei, promulgada em Novembro de 1837, criava novas restrições ao exercício da liberdade de imprensa e obrigava os editores de jornais a preencher requisitos cívicos extraordinários e a terem bens avaliados em pelo menos um conto e duzentos mil reis, para sustentar indemnizações e multas em juízo. Aumentou, também, a perseguição aos jornalistas e aos jornais, nomeadamente sob o governo de Costa Cabral, que tinha reposto em vigor a Carta Constitucional, em 1842. Essa situação repressiva e censória (actos administrativos, julgamentos sumários por abuso de liberdade de imprensa, impedimento de circulação por correio, pagamento a arruaceiros que destruíam as tipografias, etc.) manteve-se, de resto, até 1851, apesar de não ter impedido por completo a edição de jornais oposicionistas, ainda que, em alguns casos, clandestinos. Dando conta da repressão que se abatia sobre a imprensa, o jornal *A Revolução de Setembro* publicou a seguinte notícia:

> "No Porto, na segunda capital do reino, às barbas das autoridades, que são dois condes de nova data, é onde a liberdade de escrever se desacata sob a administração que tem um só pensamento e uma só vontade!
> Segunda-feira 30 de Agosto foram ali rasgadas as folhas do *Nacional* e do *Eco* pelos sargentos e cabos de Artilharia 3. Durante a noite de terça-feira quebraram as vidraças da casa do sr. Passos, assim como de muitas outras e para o lado do Bonfim espancaram indistintamente quem encontraram. As patrulhas viam isto tudo e não interferiam.
> No dia 1º do corrente, seriam cinco horas da tarde, uma malta de 13 sargentos e cabos apresentaram-se na oficina do *Nacional* – uns pediram folhas, outros encaminharam-se para a tipografia. Romperam com palavras insultantes e com um murro num dos compositores.
> Então todos os empregados da tipografia travaram combate com os assaltantes e os obrigaram a fugir, levando alguns as cabeças quebradas. Da parte dos empregados na oficina apenas um ficou ferido num beiço.
> Fechou-se depois a imprensa, a soldadesca começou a reunir-se com machados para meter a porta dentro. O tumulto era horroroso. Acudiu a municipal, cercou a casa, prendeu o sr. José Joaquim Gonçalves Bastos, editor e proprietário do *Nacional*, que estaria hoje na eternidade se não foram os esforços do comandante da municipal, Mosqueira, que o levou para as cadeias da Relação, para sua segurança!!! Com ele foram também dois compositores.
> O Casal estava a pé e nenhuma providência deu."

A análise da notícia anterior revela que ela possui uma estrutura semelhante à que hoje encontramos em várias reportagens, temperada, porém, com alguns elementos comuns do século XIX. De específico dessa época, temos, por exemplo, o primeiro parágrafo, construído como um "nariz de cera", que serve de entrada na matéria. Nele mistura-se opinião e informação e não se avança com qualquer facto. De semelhante ao jornalismo contemporâneo, observamos a antecipação do mais importante da história no segundo parágrafo, quase construído como um *lead* clássico. Encontramos, ainda, nessa notícia uma estrutura intemporal do jornalismo e das histórias: a narrativa cronológica, a partir do terceiro parágrafo. De certa forma, pode dizer-se que a ideia de ***reportagem*** começava a insinuar-se na imprensa portuguesa e a cair no gosto do público, juízo, aliás, partilhado por Tengarrinha (1989: 218).
O Procurador dos Povos, *A Lança*, *O Atleta* e *A Revolução de Setembro* são apenas alguns exemplos de jornais políticos surgidos nesses tempos conturbados do meio do século XIX. Muitos deles, por falta de assinantes, tiveram existência efémera, mas outros chegaram a tiragens de dois mil exemplares e superiores (Tengarrinha, 1989: 150-151) e duraram vários anos, o que mostra que os burgueses da época estavam, de facto, engajados na actividade política, o que se reflectia na leitura de jornais. A imprensa configurava, assim, um **novo espaço público**, mais simbólico do que material e entendido, essencialmente, como ***arena pública***.

O estilo dos textos políticos nos jornais político-noticiosos não se afastava muito do tom dos artigos dos jornais exclusivamente políticos. *A Revolução de Setembro*, diário surgido a 22 de Junho de 1840, já com um formato maior do que o de um livro e paginado a duas colunas (com as matérias a sucederem-se umas às outras), inseria o seguinte texto "combativo", pró-Setembrista, na primeira página do número 1:

> "Lisboa, 21 de Junho – Temos diante de nós uma época de reacção. Vimo-la nascer, tomar corpo e criar força. Hoje já se apregoa senhora dos acontecimentos, árbitra dos homens e das coisas. De suas tendências faz a lei pública e de suas vontades os destinos do país.
> (...)
> É ridícula a pretensão. (...) Opõem-se-lhe a história do mundo, as condições sociais, o espírito do tempo e o timbre nacional. Ainda ninguém venceu, nem há-de vencer, estas forças reunidas.
> (...)
> Para este quadro de vertigem e cegueira, para este tempo de violências (...), há que empunhar a pena. Não pretendemos com ela parar a corrente de acontecimentos, nem o podemos, nem o desejamos. A salvação do país é uma necessidade que sem a nossa escrita se há-de cumprir.
> (...)
> Escrevemos pois em desagravo da moral; escrevemos para guiar a coragem pública; para não dar à tirania o prazer do silêncio, e para cumprirmos com nossos adversários o nosso dever de irmãos. Queremos avisá-los (...) e mostrar-lhes a cada passo que eles derem o abismo que os vai engolir.
> (...)
> Queremos uma Constituição Popular, um rei sem árbitro, uma representação extensa, uma família social, nacionalidade segura, administração sem opressão, autoridade com confiança, centralização com foros, justiça com independência, fazenda regulada, despesas com economia, tratados com indústria, reciprocidade sem perdição, ordem sem entusiasmo e liberdade sem sofismas.
> Tudo isto nos deu a Revolução de Setembro. Tal conquistaremos com armas e leis (...)."

Jornais como a *Revolução de Setembro* também traziam notícias, mas os textos eram enquadrados e por vezes mesmo cruelmente satíricos e irónicos. Veja-se o seguinte exemplo de um excerto de uma dessas notícias, igualmente extraído do primeiro número de *A Revolução de Setembro*, sob o título "Câmara de Deputados":

> "Câmara de Deputados – Abre-se a sessão de 40: a 26 do mês passado começaram os trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados.
> O seu primeiro assunto, a verificação dos poderes, é um epílogo da sua vida e um documento do seu génio. Por ambições mesquinhas, sem decência, com desprezo pela lei, e por meios violentos, assaltou-se a urna eleitoral: os triunfadores queriam seguro o resultado das suas fadigas e já sentados nas cadeiras de São Bento [parlamento] ainda cuidavam que lhes caía da mão a vara legislativa. (...)"

A revolta popular da Maria da Fonte, em 1846, e a guerra civil da Patuleia, entre 1846 e 1847, levaram à interdição dos jornais de combate político, embora vários deles se tivessem continuado a publicar clandestinamente, como *O Espectro*, redigido por António Rodrigues Sampaio, que sucedeu ao *Eco de Santarém* e se tornou o principal jornal oposicionista. Tratava-se de um jornal **gratuito**, anti-governamental. No seu primeiro número, lançado a 16 de Dezembro de 1846, escrevia-se na primeira página:

> “O *Espectro* vai substituir o *Eco de Santarém*. (...) A nossa doutrina acha *eco* em todo o país (...), parte de todos os corações generosos em que estão radicados os princípios da justiça, da liberdade, da igualdade.
> O *Espectro* é a sombra das vítimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores (...), é o inocente a clamar vingança contra o seu perseguidor (...).”

Mais à frente, na segunda matéria da primeira página, usando regras da retórica propagandística (como o engrandecimento das forças do opressor face aos menores meios mas férrea vontade dos oprimidos), escrevia-se n’*O Espectro*:

> “Lisboa, 15 de Dezembro – A populosa Lisboa apresenta o aspecto da morte. (...) [Há] um murmúrio longínquo anunciando algum grande abalo social – esta confusão (...) que precede os grandes furacões (...) exprime o estado de consternação em que jaz subjugada.
> A insurreição bate a todas as portas e escarnece as iras dos sultões – o despotismo já não ataca, recua, tomou a defensiva e retira na defensiva. Os exércitos ministeriais bem municiados, bem providos de tudo tremem diante das forças populares (...) a quem escasseiam todos os meios e às quais somente sobra entusiasmo, galhardia e amor da Pátria.”

O termo da guerra civil da Patuleia, graças à Convenção de Gramido, a 29 de Julho de 1847, não pôs fim à instabilidade e à violência. Pelo contrário, tornaram-se frequentes os assaltos a jornais e tipografias. A implantação da República em França (1848) e a difusão das ideias revolucionárias agudizaram o clima de instabilidade que se vivia em Portugal. Além disso, as eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral ao poder. O governo cabralista apresentou, logo nesse ano, um projecto de lei que restringia a liberdade de imprensa. Embora duramente criticada por cidadãos-jornalistas como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, a nova legislação foi promulgada a 3 de Agosto de 1850, tendo ficado popular e simbolicamente conhecida por **Lei das Rolhas**.
A promulgação da Lei das Rolhas originou protestos em todo o país, mesmo entre os jornais mais neutros ou que alinhavam comedidamente pelas posições governamentais, pois o diploma definia tão vagamente os crimes e delitos por abuso de liberdade de imprensa que facilmente as autoridades podiam incriminar quem quer que fosse que tivesse a veleidade de criticar o Governo. As infracções à lei eram punidas com penas de prisão e multas, proibindo-se as subscrições públicas para as pagar.
A Lei das Rolhas também dificultava a fundação de jornais, pois obrigava os editores a depositarem previamente avultadas quantias de dinheiro. Porém, foi revogada em Maio de 1851, na sequência de um golpe militar que conduziria à Regeneração, período de acalmia e de rotativismo na governação. A estabilidade política, o crescimento económico baseado na industrialização e a permissiva legislação reguladora da liberdade de imprensa permitiram, finalmente, o desenvolvimento da imprensa portuguesa e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses “de massas”.

3.3 A industrialização da imprensa portuguesa

Em 1851, um levantamento militar protagonizado pelo Marechal Saldanha conduziu à queda do governo ditatorial de Costa Cabral. Após a normalização da situação política (entrada na Regeneração), criaram-se, novamente, condições para o florescimento da imprensa, até porque, entre 1851 e 1866, se desmantelou o edifício legislativo que condicionava

a liberdade de imprensa[11]. No entanto, se bem que a imprensa opinativa e combativa continuasse a ter um lugar relevante no campo jornalístico português, até porque, apesar do rotativismo dos principais partidos no Governo, a situação política se manteve instável, rapidamente alguns empresários portugueses se aperceberam do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, neutral, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Por mão da iniciativa privada, Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Começaram, então, a reaparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direccionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que não discutiam nem polemizavam, que não seguiam qualquer linha política, antes procuravam relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objectividade possíveis. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugura-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial (a imprensa é vista como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais), que dará a matriz para os tempos vindouros.

Com o advento da imprensa industrial, o trabalho nas redacções alterou-se substancialmente. As redacções "artesanais" de dois ou três elementos, que escreviam, maioritariamente, artigos políticos, deram, gradualmente, lugar a redacções com várias dezenas de profissionais, nas quais o *repórter* adquiriu importância crescente em contraponto ao "escritor de jornal", isto é, ao articulista que escrevia os artigos políticos. Se *noticiar* era a principal incumbência dos jornais industriais, então as técnicas de redacção rapidamente foram contaminadas pela busca da factualidade, pela separação entre informação e opinião, pelo predomínio do objecto sobre os sujeitos que o enunciam (objectividade). Essa opção editorial foi incrementada quer pela omnipresença do telégrafo, que incitava à manutenção de um estilo factual, simples e sintético, quer pela actividade das agências noticiosas, que davam, então, os primeiros passos.

O primeiro número do *Diário de Notícias* surgiu a 29 de Dezembro de 1864 (número de apresentação). Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspecto (paginação a quatro colunas), na dimensão (que já era *de jornal*, sensivelmente semelhante aos actuais tablóides), e ainda no preço (dez reis por exemplar, menor ainda quando vendido por assinatura). A sua concepção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que se recebiam anúncios a vinte reis a linha). Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio, era, de resto, clara aos olhos dos investidores no projecto, que na primeira página do primeiro número, anunciavam "Ao Público":

> "O *Diário de Notícias* − o seu título o está dizendo − será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Registra com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as

[11] Logo em 1851, foram mandados arquivar os processos por abuso de liberdade de imprensa pendentes; em 1856, estabeleceu-se que as leis de liberdade de imprensa se observassem também no ultramar. Em 1862, amnistiaram-se os crimes de liberdade de imprensa em que o acusador era somente o Ministério Público. Em 1863, publicou-se uma lei sobre os direitos dos jornais. Finalmente, em 1866, aboliram-se, por lei, "todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica".

suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos actos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos − para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.

Todos os países ilustrados possuem publicações deste género, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Bélgica, e ainda a nossa vizinha Espanha, publicações que têm atraído considerável número de simpatias, leitores e subscritores. A ideia não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quiserem, para preencher uma notável lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do *Diário de Notícias* adopta, embora pareçam singulares, são também uma cópia fiel do que se usa nesses países onde se compreendem e exploram todos os meios de publicidade."

As notícias no DN, porém, sucediam-se umas às outras, sem intenção de ordem e hierarquia, com excepção da primeira, que dizia respeito à Chefia do Estado: "Suas Magestades e Altezas passam sem novidade em suas importantes saúdes". Nesta notícia, que se resume a um parágrafo-*lead* (como muitas outras), evidencia-se a mais-valia noticiosa que constitui a referência a pessoas de elite, valor esse que é quase intemporal na cultura ocidental, como o provam as *Actas Diurnas* ou mesmo textos anteriores, a que já fizemos referência.

A intenção noticiosa do DN evidencia-se também em várias outras notícias publicadas logo nos primeiros números (e reproduzidas a seguir), algumas de conteúdo administrativo e social, outras de conteúdo económico (é de notar os floreados na linguagem e a polidez com que se tratavam as pessoas, gentilezas perdidas historicamente em favor da noção da "verdade nua e crua dos factos"), mas todas breves e escritas numa linguagem acessível, onde é notória a noção de *lead*. Em algumas delas dão-se pistas para entender o fluxo nacional e internacional de notícias, como naquelas em que se indicia a consulta da folha oficial e de jornais estrangeiros (citados), o que revela iniciativa dos jornalistas; noutras, repara-se na iniciativa de fontes interessadas, que procuram usar o jornal em seu benefício (por exemplo, a queixa de um leitor relativa ao lixo acumulado); e noutras ainda constata-se a iniciativa de colaboradores do próprio jornal. É interessante observar, igualmente, que em algumas dessas notícias se notam vestígios do género epistolar, que constitui um dos alicerces do género noticioso, como acontece, por exemplo, quando o jornal interpela, directamente, os protagonistas das notícias, para os elogiar, desejar melhoras, etc. Finalmente, é de registar que, mesmo noticioso, o jornal não se coíbe de fazer "intervenção social", como quando apela à resolução de problemas por parte das autoridades. Vejam-se, então, os seguintes exemplos de notícias do DN (1864-1867):

"Em a noite de 16 do corrente [Dezembro de 1864], diz o periódico *Franche-Comtê*, deu-se, junto a Vercel, uma tentativa de assassínio, acompanhada de roubo: Filippe Jeanner, antigo magistrado de Ecourotte, agente geral da companhia de seguros, a *França*, que como portador de uns 5 a 6 000 francos (12000$000 réis) se dirigia a Vercel, − foi assaltado, no bosque de Chamois, por três indivíduos de feia catadura, os quais, arrojando-o ao chão, lhe comprimiram fortemente as goelas e o despojaram de tudo que consigo levava. Chegado a Vercel, Jeanner referiu o caso à justiça e esta não colheu ainda, que o saibamos, resultado algum das suas pesquisas".

"A *Mocidade de Mirabeau*, delicada produção do ilustre autor dramático francês o sr. Aylie Langié, que tão aplaudida tem sido no teatro do Vaudeville, de Paris, acaba de ser representada com brilhante êxito no teatro Scribe, de Turim. À segunda representação, diz a *Italia*, assistiu a melhor sociedade daquela capital. Os artistas foram muito vitoriados."

> “Queixa-se um morador da rua do Mirante que num canto dela se junta toda a imundice resultante do despejo de um beco próximo, exalando miasmas tão asfixiantes que é impossível passar por ali sem sofrer náuseas horríveis. Prevenimos disto a autoridade respectiva.”

> “A ex.ma sr.ª D. comendadeira do real mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, da ordem militar de S. Bento de Aviz, que se achava gravemente enferma, está já convalescente, e começa a experimentar progressivas melhoras. Fazemos votos pelo completo restabelecimento de s. Ex.ª.”

> “Contém hoje a folha oficial alguns decretos de nomeação de empregados das alfândegas. O sr. Conselheiro Palmeiro Pinto é promovido ao lugar de inspector das alfândegas e encarregado de continuar a direcção da alfândega grande. O sr. Barão de Villa Cova é promovido ao lugar de inspector das alfândegas e encarregado de continuar a dirigir a alfândega municipal. (...)”

> “O sr. José Cândido d’Assumpção, cavalheiro muito ilustrado, foi promovido ao lugar de contador geral da contadoria da Junta do Crédito Público com um decreto muito honroso.”

> “Chegou ao Porto, vindo de Baião, o sr. general Lobo d’Ávila, irmão do sr. ministro da Fazenda, e do qual a imprensa tem-se ocupado ultimamente.”

> “A cultura do algodão na Itália aumenta e desenvolve-se a olhos vistos. No ano de 1863 elevou-se a sua receita à enorme cifra de 10 800 contos de reis e a produção da colheita de 1864 calcula-se em 27 mil contos de reis.”

> “Acaba de organizar-se em Lisboa uma comissão mista de cavalheiros portugueses e espanhóis para promover os meios de acudir às vítimas da grande inundação que há pouco houve na cidade de Valência (Espanha). (...)”

Apesar da ambição noticiosa, também se nota no DN, na tradição do enciclopedismo e dos almanaques, a vontade de prover à “instrução pública”, mesmo que por trás estivessem também intenções de entretenimento para cativar o público. Veja-se, por exemplo, o seguinte texto (que, no jornal, aparecia misturado com as notícias), extraído logo do primeiro número do DN, no qual se evoca enciclopedicamente a vida de São Tomás devido à celebração da sua morte (celebração essa que serve de *cabide* e *pretexto* para o texto em causa):

> “S. Tomás, arcebispo de Cantuária, nasceu em Londres. Foram seus pais Gilberto Belret e Mathilde, pessoas distintas por virtude e sangue. Mais por vontade própria, do que por conselhos de outrem, se fez familiar de Teobaldo, arcebispo de Cantuária, em cuja privança tanta consideração mereceu, que por suas mãos corriam os negócios mais importantes da cúria arcepiscopal. Elevado ao trono de Inglaterra o duque da Normandia e Aquitânia, Henrique, o arcebispo o propôs para chanceler do rei, lugar que desempenhou tanto a contento que por morte de Teobaldo, e sob proposta régia, foi eleito arcebispo de Cantuária. Nimiamente empenhado na defesa das imunidades da Igreja, houve de sofrer o ódio dos grandes da hierarquia tanto eclesiástica como civil. (...) Resiste o prelado, até que um dia − foi a 29 de Dezembro de 1174, há 690 anos − é procurado por quatro cavaleiros, os quais sendo expulsos do paço, invadem a Igreja onde o arcebispo se refugiara e aí o

assassinam cortando-lhe a cabeça. A Igreja comemora hoje o martírio do santo prelado que em vida tanto se distinguiu na prática das virtudes cristãs."

Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial (o jornalismo voltado para o *negócio* e não para a política) e a ambição informativa da imprensa alastraram-se. O público estava ávido de notícias relevantes e interessantes, como prova a fundação de vários jornais dentro da mesma linha editorial noticiosa, como o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o *Jornal de Notícias* (de 1866), do Porto. A título de exemplo dessa opção pelas *notícias*, a 4 de Janeiro de 1868 o JN inseria a seguinte notícia comentada (repare-se na importância do telégrafo para o jornalismo de então):

> "Lisboa, 3 de Janeiro − Até que finalmente! Já temos Governo. Era já tempo que a crise tivesse solução. Confirmo pois o telegrama que ontem mandei logo que soube da existência do novo gabinete.
> O gabinete foi organizado pelos srs. Bispo de Viseu (Alus Maratins) e marquês de Sá. Houve alguma resistência da parte destes cavaleiros para aceitarem semelhante encargo mas afinal sempre se resolveram e eles aí estão em nome do patriotismo com as rédeas da pública governação. Não foi sem alguns esforços que o monarca conseguiu ver realizado [solucionado] tão difícil problema político.
> O facto de haver Ministério [Governo] organizado é caso para darmos os nossos sinceros parabéns ao país. Os nomes dos cavalheiros que compõem o Governo são simpáticos pela sua probidade, inteligência e sentimentos liberdes. Agora o que é para desejar é que saibam caminhar em harmonia com as aspirações do país, que governem em nome dos princípios (...) o país e o trono.
> O sr. Marquês de Sá é já experimentado nas lides do Governo. E posto que a sua idade e falta de saúde não sejam em harmonia com os seus elevados predicados morais e intelectuais, não devemos desanimar do seu Governo liberal e justiceiro. S. Ex.ª é a imagem do respeito. Ama a liberdade e a justiça."

No mesmo número do *Jornal de Notícias* (4 de Janeiro de 1868) são publicadas várias outras notícias, revelando-se, em várias delas uma forte intenção de factualidade e objectividade. Por exemplo, na secção "Estrangeiro" surgem as seguintes:

> "Rússia – Os preparativos continuam a ser a ordem do dia na Rússia, no ramo militar. Um recrutamento extraordinário deve verificar-se no mês de Janeiro. O Reino da Polónia deverá contribuir em 800 000 homens. O descontentamento e o mal-estar aumentam cada dia neste desgraçado país e muitos jovens emigram para a Áustria para se livrarem do serviço de armas."

> "Estados Unidos – Os habitantes de New Jersey, nos Estados Unidos, foram testemunhas de um singular espectáculo. Viram Mr. Mills, homem de uma grande fortuna e que tinha sido *maire* da cidade, puxando um carro em que ia Mr. Thompson, membro da legislativa do Estado. Depois de ter assim percorrido os lugares mais frequentes da cidade, Mr. Mills deixou o carro e explicou aos seus convidados o segredo do espectáculo. Tratava-se de uma aposta eleitoral. Se em Brighton não triunfassem os radicais como sucedeu, devia Mr. Thompson passear ao outro no carro ao redor da cidade e vice-versa se a vitória favorecesse os democratas. Mr. Mills perdeu, e cumpriu a aposta."

Ainda no número de 4 de Janeiro de 1868 do *Jornal de Notícias*, na secção "Lisboa", pode ler-se:

> “Lisboa – Os teatros têm tido pouca afluência. O circo de Price é que tem tido enchentes sucessivas. Os chineses fazem coisas de espantar e um deles dá saltos de três metros de altura.”

> “Tendo Sua Majestade El-Rei resolvido assistir às festividades dos Reis que hão-de celebrar-se na Igreja da Santa Sé Paroquial, pelas 10 horas do dia 6 do próximo mês de Janeiro, assim se anuncia em conformidade ao decreto de 8 de Novembro de 1843 aos titulares e mais pessoas que formam a Corte, para que no mencionado dia e à hora indicada se achem naquele Templo, a fim de acompanharem o mesmo Augusto Senhor na referida solenidade.”

Na secção “Províncias”, escreve-se:

> “Guimarães, 2 de Janeiro de 1868 – Hoje repetiram-se as mesmas demonstrações de descontentamento andando muito povo pelas ruas, obrigando a fechar todas as portas. A tropa porém não chegou a entrar em cena.”

> “Vila de Valongo, 2 de Janeiro de 1868 – São 10 horas da noite, acha-se a vila iluminada, grandes fogueiras pelas ruas, centenas de pessoas percorrem as mesmas acompanhadas da Filarmónica da vila, tudo é festa, os foguetes cobrem os ares em todas as direcções, os sinos repicam festivos, foi uma vertigem que aconteceu rapidamente a todos os habitantes, pois desde as cinco da tarde em que soube da queda do Ministério, foi tal a alegria que se apoderou da povoação que não se pode descrever, são coisas que só vistas se podem apreciar.”

As notícias anteriores indiciam que os jornais da segunda metade do século XIX publicavam notícias locais, do país e do estrangeiro, embora as notícias nem sempre fossem as mais relevantes, como se comprova pela referência aos “teatros pouco cheios” na notícia sobre o circo.

A publicação de numerosas notícias, relativamente recentes, sobre o estrangeiro mostra, por seu turno, que estava já consolidado um verdadeiro fluxo internacional de informação, tal como a publicação de notícias de vários pontos do país indicia não apenas a existência de um fluxo nacional de notícias mas também a construção de uma rede de captura de informações espalhada por vários pontos do território.

É igualmente notório, nas notícias anteriores, que os valores que elevaram os factos relatados à categoria de notícia não diferem dos actuais: pessoas famosas, assuntos insólitos e divertidos, referência a países de elite, proximidade geográfica, etc.

Ao nível do estilo, é interessante notar que algumas das notícias anteriores abrem com uma espécie de “nariz de cera” englobante e cativante, mesmo que expresso numa única frase (“Os preparativos continuam a ser a ordem do dia na Rússia, no ramo militar” ou “Os habitantes de New Jersey, nos Estados Unidos, foram testemunhas de um singular espectáculo”). Também são de destacar os abundantes adjectivos e alguns floreados de linguagem, que se perderam na tradição jornalística.

Entre os exemplos anteriores, a notícia sobre o que se passou em New Jersey, nos Estados Unidos, tem uma estrutura interessante, similar àquela que, pontualmente, ainda hoje encontramos em algumas notícias. Nela é proposto um enigma, resolvido no fim do enunciado. Há uma gradação da intensidade narrativa até ao clímax final, como nos géneros literários do conto, novela e romance, o que coloca em relevo as pontes ainda hoje subsistentes entre jornalismo e literatura.

Ainda entre os exemplos anteriores do *Jornal de Notícias*, é de notar o carácter vivo da notícia sobre os acontecimentos de Valongo, consubstanciando um estilo próximo da reportagem contemporânea.
O vigor da imprensa noticiosa portuguesa continua pelo resto do século XIX, sendo visível, por exemplo, no paradigmático *Diário de Notícias*, cuja linha editorial se mantinha predominantemente noticiosa e o estilo simples, como indica a própria denominação do jornal. Veja-se, por exemplo, a seguinte notícia, de 22 de Outubro de 1881:

> "Foram confirmadas as nomeações dos srs. José Correia Nunes e Vicente Lino Patrício Álvares para membros do Conselho Superior de Instrução Pública da Província de São Tomé e Príncipe."

Se ignorarmos as questões de estilo, como o emprego de "srs." (designação reveladora de boa educação e polidez, caída em desuso no jornalismo português, mas não noutros países) e o recurso à voz passiva, verificamos que a notícia atrás, extremamente seca, corresponde, inteiramente, ao conceito actual de notícia e, cumulativamente, ao conceito de *lead*.
Os jornais do século XIX, porém, também se detinham no aprofundamento de problemáticas, inclusivamente por **iniciativa jornalística**. No mesmo número do *Diário de Notícias* (22 de Outubro de 1881), encontramos um texto que, simultaneamente, se pode classificar como sendo uma reportagem incipiente e uma análise, sobre a indústria tabaqueira (aos olhos actuais, politicamente muito pouco correcta, dado o vigor com que defende o tabaco), na rubrica "Assuntos do Dia":

> "Inquérito industrial / Fábricas de tabaco
> No pouco tempo que resta à delegação de Lisboa para inquirir do estado das indústrias, ela não quis deixar de inquirir este importante ramo de trabalho que em Lisboa dá ocupação a mais de 3000 pessoas, e que, pelo elevadíssimo direito de entrada, contribui com um verba avultadíssima para as receitas do estado.
> Esta indústria é classificada entre as indústrias agrícolas, porque procede da agricultura a folha que serve a sua fabricação, a qual antes de ser transformada em charutos, cigarrilhas, cigarros, tabaco picado e rapés é submetida a uma série de manipulações sem as quais a erva santa de Nicot não teria as qualidades de sabor e de perfume que enamoram o olfacto e tornam grato o seu fumo ao paladar.
> O fabrico é quase todo manual, fazendo só a excepção algumas máquinas e aparelhos auxiliares, como se depreenderá da enumeração desses aparelhos e máquinas especiais.
> Como dissemos, uma fábrica visitada foi a da Companhia Nacional de Tabacos, em Xabregas. Mas possuindo também essa companhia a fábrica de Santa Apolónia, que tem de ser inquirida separadamente, reservamos para depois a breve resenha de ambas, que será como são em geral estas indicações, que de dia a dia temos feito, uma mera indicação da importância desses estabelecimentos.
> O visitado ontem foi a Companhia da Fábrica do Tabaco nas barreiras de Xabregas. Este estabelecimento pertence a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada e foi fundado em 1875, tendo um capital inicial de 100 contos de réis, sendo 68 capital fixo, além de 180 contos de outra proveniência. O director gerente e técnico da fábrica, e que é a alma desta empresa, é o sr. Joaquim Pedro dos Reis, que foi quem acompanhado de alguns dos seus empregados recebeu a delegação e lhe prestou todos os esclarecimentos que ela pediu dando muitos pormenores interessantes que ficaram arquivados no livro do inquérito.
> Deles faremos uso depois de publicados oficialmente com as reflexões que alguns naturalmente suscitam.
> O tabaco para a esta manipulação vem na sua máxima parte da ilha de Cuba, de vários estados da América do Norte, alguns da Holanda, da Hungria, do Palatinado, etc., podendo algumas qualidades que já se cultivam

nas nossas colónias africanas ser aproveitadas com vantagens quando as saibam preparar melhor. Entre as outras matérias-primas para o empacotamento e embalagem há algumas nacionais.
O direito do tabaco que orça com os adicionais por 1$740 cada kilo sobrecarrega este género com cerca de 6000.0 do seu valor.
A fábrica emprega 2 motores de vapor, 1 da força de três cavalos e outro de 11. São alimentados por 2 caldeiras que representam maior capacidade, tem uma na chuia de fabricar cigarros, aparelho muito engenhoso, mas que não funciona, porque apesar da delicadeza do seu conjunto, estas máquinas ainda não chegaram a resultados concretos; uma máquina para cortar papel, 2 engenhos de picar o tabaco, 2 laminadores para diferentes usos, uma mó, uma galga, uma ciranda, dois secadores, 2 máquinas de fazer pregos, 1 polidor, uma serra mecânica, uma litografia mecânica e outra manual com grande número de pedras litográficas, duas máquinas de fazer molhinhos para charutos, mas que agora não funcionam porque o trabalho dos charutos como o dos cigarros também é tudo feito à mão. 1202 formas para charutos, uma bomba hidráulica e uma oficina de serralharia completa, dirigida como o trabalho mecânico por um hábil artista, sr. José de Maria de Almeida Ferreira Pinto, que aprendeu nas primeiras oficinas de Lisboa e esteve algum tempo estabelecido em Coimbra.
O sr. Pinto mostrou ali à delegação uma interessante máquina motora a vapor dupla, horizontal, em miniatura formada por peças delicadíssimas, perfeitamente montada, funcionando muito bem e que não tem em volume mais de 40 centímetros.
A fábrica emprega hoje 77 operários. Já empregou muitos mais, mas reduziu o número, escolhendo os actuais entre os mais habilitados e que melhor produzem. Os salários dos homens orçam pela média de 400 reis e o das mulheres por 280 reis. Há algumas mulheres que tiram férias de 400 reis e homens que as têm de 600 a 800 reis. Tem um fiscal, o sr. José Cardoso de Andrade, e oito mestres diferentes, que são por via da regra saídos dos operários mais inteligentes e mais instruídos.
As férias totais orçam por cerca de 12 contos de reis e as vendas elevam-se a uns 150 contos. Não há nenhuma instituição operária especial, nem de socorro ou previdência.
A fábrica ainda está, pode dizer-se, no seu período de evolução e progresso e a direcção conta realizar no seu material melhoramentos compatíveis com os seus recursos."

Além de revelar aspectos interessantes da sociedade portuguesa Oitocentista (veja-se, por exemplo, o sexismo salarial), o texto acima evidencia vários aspectos relevantes do jornalismo português do último quartel do século XIX:

1) Já havia uma espécie de "jornalismo de investigação" incipiente, sendo de reconhecer a iniciativa jornalística de levar por diante um inquérito à indústria;

2) Os temas económicos tinham espaço nos jornais generalistas;

3) Embora não seja possível falar da existência de reportagem no sentido actual do termo, é visível que algumas das características da reportagem já se encontram plasmadas nesse texto, como a inserção do relato da vivência do jornalista no próprio corpo do texto, o embelezamento estilístico e a finalidade informativa, pelo que se pode considerar esse texto um exemplo de artigo-reportagem;

4) A busca da factualidade informativa (“Este estabelecimento (...) [tem] um capital social de 100 contos de réis”, etc.) casa com a procura de um estilo que satisfaça e cative a audiência (“a erva santa de Nicot não teria as qualidades de sabor e de perfume que enamoram o olfacto e tornam grato o seu fumo ao paladar”, etc.), características que o jornalismo conserva;

5) Em relação ao jornalismo actual, estranha-se, sobretudo, a incapacidade de sistematização e ordenação da informação, sendo que o jornalista parece passar de um para outro assunto sem grandes preocupações de seriação e organização interna dos dados.

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas “industriais” obrigou alguma imprensa a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. *O Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869, cujo título evoca a Revolta da Janeirinha, no Porto (1 de Janeiro de 1868), contra o imposto de consumo decretado pelo Governo, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial.
Outros jornais nascidos no final do século XIX adoptaram a mesma filosofia do *Diário de Notícias*, com destaque para *O Século*, fundado, em 1881, por um grupo de republicanos. O seu primeiro director foi Magalhães Lima, substituído, em 1896, por Silva Graça. Dando grande espaço à informação, embora sem abandonar totalmente as suas preocupações políticas, com um grafismo inovador e praticando receitas copiadas da imprensa estrangeira, como o lançamento de edições ilustradas e a promoção de concursos, o *Século* tornou-se o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária de 80 mil exemplares, suplantando o paradigmático *Diário de Notícias*, que se ficava pelos 70 mil (Carvalho, Cardoso e Figueiredo, 2005: 22). Para o sucesso do *Século* terão também contribuído os folhetins que publicava e os números especiais ilustrados de oito páginas publicados aos domingos (Tengarrinha, 1989: 237).
A rápida expansão do jornalismo noticioso objectivo, neutral e independente trouxe várias consequências, como sejam:

1) A **rápida expansão do número de jornalistas (noticiaristas) profissionais**, de perfil **técnico**, apesar do **mais elevado estatuto que continuavam a ter os jornalistas “eruditos”**, muitos deles também engajados no combate político ou, pelo menos, ligados a determinados partidos (casos de Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Barbosa Colen, Eduardo Noronha, Cunha e Costa, António Rodrigues Sampaio, José d’Alpoim, etc.) e do trunfo que, ontem como hoje, consistia a **colaboração** dos grandes nomes das Letras, Artes, Ciências e Humanidades num determinado jornal, nomeadamente nos **folhetins**;

2) A **divisão de trabalho nas redacções e a fixação de uma hierarquia profissional** (director; editor – co-responsável pelo conteúdo à luz da Lei de Liberdade de Imprensa; secretário de redacção; redactores; repórteres; informadores);

3) A **fixação do vocabulário específico e das competências e conhecimentos técnicos associados à profissão**, o que origina frequentes apelos à formação específica − e até superior − dos jornalistas;

4) A **diferenciação entre o “estilo literário, erudito ou persuasivo” e o “estilo jornalístico”**, apesar da grande consideração pública que tiveram publicistas e jornalistas formados na escola do jornalismo

combativo e partidário, como França Borges, Raul Proença, Brito Camacho, Trindade Coelho, João Chagas e outros;

5) A **fundação de organizações de classe**, como as associações de jornalistas de Lisboa e Porto, que seriam o embrião do sindicalismo jornalístico;

6) A **mobilidade** dos jornalistas entre os órgãos de comunicação social, para ascenderem profissionalmente, por motivos salariais ou ainda porque, num país pobre e analfabeto como era Portugal, era comum os projectos jornalísticos ruírem com facilidade.

No entanto, o aumento do número de noticiaristas e a diminuição proporcional do número dos restantes colaboradores dos periódicos fez **decair o prestígio da profissão de jornalista**, crescentemente encarada como uma **profissão técnica**, apesar da mais-valia que para o jornalismo representou, ao longo de todo o século XIX, a colaboração de vários nomes ilustres das Letras e das Humanidades portuguesas com os jornais, como comentadores políticos, cronistas, ou mesmo autores de folhetins. Entre os vultos da cultura portuguesa oitocentista que colaboraram com jornais contabilizam-se, por exemplo, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, etc.[12]
Enquanto os altos vultos da cultura e da política portuguesa tinham por missão persuadir eruditamente o público ou então entretê-lo, adornando estilisticamente os periódicos com crónicas e folhetins, os noticiaristas tinham, como se referiu, atribuições essencialmente técnicas, nomeadamente elaborar notícias e reportagens objectivas sobre a vida quotidiana e traduzir notícias relevantes publicadas na imprensa estrangeira ou que (mais tarde) chegavam pelas agências. Assim, enquanto os altos vultos da cultura e da política praticavam, normalmente, um estilo profundo e complexo, por vezes de difícil apreensão, os noticiaristas cada vez mais se assumiam como os "verdadeiros" jornalistas, enquanto classe profissional autónoma com um conjunto de competências, conhecimentos e atribuições sociais específicas. Os noticiaristas consolidavam-se, assim, como um **corpo de redactores técnicos, capazes de procurar, seleccionar, processar e difundir ágil, rápida e eficazmente informações úteis e socialmente relevantes**, em textos simples e acessíveis. Eram autênticos *profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos*. Eram, enfim, **repórteres**.
A industrialização da imprensa e a profissionalização dos jornalistas também provocou mudanças no tecido empresarial da imprensa e na organização social do trabalho dentro dos órgãos de comunicação. O lançamento de novos periódicos passou, gradualmente, a ser da responsabilidade de grupos de indivíduos que, por motivos de negócio ou por comungarem das mesmas ideias políticas, constituíam sociedades por acções para o lançamento de jornais e revistas. O jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redacções alargaram-se para albergar os noticiaristas, passando a necessitar, além do editor ou director, de um coordenador (o chefe de redacção), a quem Tengarrinha (1989: 190) atribui o papel de alma do jornal português do final de Oitocentos. Normalmente, havia também nas redacções um folhetinista, quase sempre uma personagem prestigiada das Letras, que elaborava os folhetins e redigia crónicas de literatura, artes e espectáculos. A redacção completava-se com os colaboradores, incluindo os informadores, cuja missão era essencialmente o de informar do que acontecia. O crescimento das redacções provocará, mais tarde, a sua divisão em secções (ou editorias).
A orientação lucrativa das novas empresas jornalísticas "industriais" oitocentistas também obrigou os periódicos a terem crescentemente em conta os interesses e necessidades informativas dos leitores. O jornal já não era feito apenas

[12] Ao contrário daquilo que tinha acontecido no século XVII e XVIII, em que os grandes vultos da cultura e da política se tinham mantido arredados da actividade jornalística.

para quem escrevia e seus mais próximos correligionários, mas sim para a generalidade dos cidadãos. Assim, o leitor passou a figurar na lista de preocupações dos jornalistas e dos jornais, sendo sintomática a crescente apetência dos periódicos para a publicação de notícias enviadas pelos leitores (como já vimos anteriormente, em exemplos recolhidos do *Diário de Notícias*) e para a abertura de espaço editoriais dedicados às "cartas dos leitores".

Apesar de nos termos detido, essencialmente, sobre o jornalismo noticioso generalista e sobre o jornalismo político e político-noticioso no Portugal de Oitocentos, é de referir que durante todo o século XIX surgiram publicações especializadas, que, inclusivamente, beneficiavam de um certo beneplácito por parte da censura (nos tempos em que esta existiu). Segundo Henrique e Carvalho Prostes e Brito Aranha (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 184-185; 231-234), Portugal tinha também jornais médicos e farmacêuticos; científicos; comerciais e industriais; literários; militares; satíricos; agrícolas; culturais, femininos[13], etc.

Ao longo do século XIX, também se assistiu ao aparecimento de um vasto número de jornais regionais e locais (Tengarrinha, 1989: 185-189), alguns de feição política, outros de orientação político-noticiosa e noticiosa. Segundo Eduardo Coelho (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 231), existiam, em 1880, cerca de duzentos periódicos em Portugal, que tiravam diariamente cerca de cem mil exemplares.

O aparecimento de jornais republicanos, com orientação editorial estritamente política ou político-noticiosa, a partir de 1843 (como *O Tribuno*), foi, dentro do percurso da imprensa ideológica portuguesa Oitocentista, uma das principais novidades. Esses jornais, surgidos um pouco por todo o país, em especial a partir de 1873 (ano da proclamação da República em Espanha), terão contribuído para a propagação da causa republicana e, finalmente, já em 1910, para a instauração da República. *O Século*, por exemplo, que se tornou num dos mais importantes diários portugueses do final de Oitocentos e do século XX, foi fundado, em 1881, como órgão do Partido Republicano, embora tenha evoluído, posteriormente, para um jornal "industrial" de perfil essencialmente noticioso (como sucedeu, aliás, com outros periódicos políticos). O *Mundo*, fundado a 16 de Setembro de 1900, e assumindo, desde o primeiro dia, uma orientação editorial político-ideológica, foi, de entre os diários republicanos mais radicais, o que maior sucesso teve até já bem entrado o século XX.

Será útil relembrar, igualmente, a aparição de jornais operários a partir do início da segunda metade do século XIX, como *A Federação*, *O Protesto Operário*, *O Pensamento Social*, *A Voz do Operário* e *A Sementeira*. Todos eles eram jornais mais opinativos do que noticiosos, estranhamente escritos mais por burgueses ideologizados do que por operários. Todos eles visavam a adesão do operariado às lutas pela melhoria das condições salariais e profissionais e pela protecção social. Numa segunda fase, os jornais operários tentaram levar os operários à militância socialista ou anarquista. Assim, esses jornais estavam, de algum modo, desalinhados com as principais correntes políticas na sociedade portuguesa de então: os republicanos, por um lado; e, por outro lado, os "partidos da situação", de natureza liberal-conservadora e defensores da Monarquia. Prova disso está na discreta notícia que, já em Outubro de 1910, dava conta, na *Voz do Operário*, da implantação da República, intitulada apenas "Os Últimos Acontecimentos na Capital". O título quase irrelevante talvez procurasse transmitir que viver em República ou Monarquia era perfeitamente inconsequente para o operariado.

3.4 O jornalismo português no final da Monarquia

[13] Como curiosidade, a imprensa feminina portuguesa surgiu em 1807, com o lançamento de *O Correio das Modas* (Tengarrinha, 1989: 52-53).

Pelo final do século XIX (e até à queda da Monarquia), a liberdade de imprensa foi, novamente, cerceada em Portugal, passo a passo, pelos últimos governos monárquicos, face ao aumento da instabilidade e ao desafio à Monarquia colocado pela acção de republicanos, socialistas, anarquistas, operários em luta, maçónicos e outros, por vezes reunidos em sociedades secretas, como a Carbonária Lusitana. O humilhante Ultimato inglês de 1890 contra as pretensões portuguesas de unir os territórios coloniais de Angola e Moçambique contribuiu para acirrar os ânimos contra a Monarquia.

A legislação de imprensa aprovada na fase final do período monárquico instituiu, de facto, um regime severamente repressivo da liberdade de imprensa. Uma portaria de 1881 impedia o acesso às notícias policiais. Um decreto de 29 de Março de 1890 facilitava a repressão judicial sobre a imprensa e a prisão de jornalistas, ao suprimir a intervenção do júri nos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa e ao alargar do autor ao editor ou, na sua falta, ao dono da tipografia a responsabilidade criminal em matéria de abuso de liberdade de imprensa. Um decreto de 1896 proibia que se noticiassem notícias sobre anarquistas. Em 1898, foi revogado o decreto de 1890, mas isso não impediu a continuação dos processos contra os jornais e os assaltos violentos da polícia ou de bandos populares com a cobertura das autoridades contra as suas sedes e contra as tipografias onde eram impressos. O juiz lisboeta Francisco António da Veiga tornou-se conhecido pela sua particular animosidade contra a imprensa e não se coibia de proibir os jornais de abordarem certos assuntos sob pena de suspensão, apreensão ou mesmo encerramento.

A 11 de Abril de 1907, durante o Governo autoritário de João Franco, um novo decreto alargou os delitos de abuso de liberdade de imprensa. Criaram-se os alcunhados "gabinetes negros", reuniões semanais dos agentes do Ministério Público das comarcas judiciárias, destinadas a examinar os conteúdos dos jornais. Nesse mesmo ano, a 20 de Junho, um novo decreto atribuiu aos governadores civis a faculdade de apreenderem e suspenderem jornais. Tornaram-se frequentes a prisão ou mesmo o degredo de jornalistas, as multas, "as perseguições, processos e suspensões de jornais" (Tengarrinha, 1989: 47) e até as apreensões de todos os exemplares de determinadas edições (Tengarrinha, 1989: 251). Apesar da conjuntura relativamente adversa, segundo Brito Aranha (*cit. in* Tengarrinha, 1989: 233), em 1900 havia 583 jornais em Portugal, incluindo territórios ultramarinos, o que daria um título de jornal para 6500 habitantes, estatística ao nível dos países mais desenvolvidos de então[14]. Alguns dos jornais generalistas mantinham um formato próximo dos actuais tablóides (cerca de 50 cm x 35 cm), mas outros já exibiam, orgulhosamente, o grande formato (cerca de 72cm x 50 cm)[15]. Embora conservassem um design vitoriano, com as notícias a sucederem-se umas às outras, verticalmente, coluna a coluna, todos publicavam ilustrações, não apenas retratos, mas também caricaturas (nomeadamente no Carnaval, sendo regularmente evocada a figura do Zé Povinho, de Bordalo Pinheiro) e mapas, o que mostra que a informação visual tinha chegado já à imprensa diária noticiosa e generalista portuguesa. Os meios técnicos (a rotativa tinha sido introduzida em Portugal em 1890 e a linotipia na viragem para o século XX), a procura da informação e o lucro sustentaram a firme expansão da imprensa portuguesa na transição para o século XX.

3.5 Fotojornalismo em Portugal no século XIX

A divulgação da fotografia em Portugal nos seus primeiros tempos esteve, em grande medida, associada a um pequeno número de pioneiros amadores, entre os quais vários estrangeiros, que realizaram, essencialmente, fotografias

[14] Segundo Tengarrinha (1989: 233-234), esta conclusão pode ser enganadora, pois não leva em linha de conta a tiragem global dos jornais, que em Portugal era mais baixa que nos países mais desenvolvidos.

[15] Os jornais de grande formato nasceram no Reino Unido para contornar as "taxas sobre o conhecimento", pois os jornais eram taxados em função do número de páginas. Com páginas maiores, podiam editar-se mais conteúdos e mais publicidade sem se pagar mais ao Estado.

documentais. J. Silveira fotografou Lisboa, entre 1849 e 1856. Frederick Flower fotografou o Norte, de 1845 a 1859. O Barão de Forrester fez imagens do Douro, entre 1854 e 1857. Em 1846, William Barclay publicou *Le Portugal Pittoresque et Architectural Déssinée D'Aprés Nature*, cujas litografias devem ter tido por base daguerreótipos nunca descobertos.

A primeira gravura publicada na imprensa portuguesa feita a partir de uma fotografia terá surgido a 13 de Março de 1841, no *Panorama — Jornal Literário e Instrutivo*. Tengarrinha (1989: 197) diz, a propósito, que carece de fundamento a tese de que a primeira publicação a usar gravuras litografadas teria sido a revista *Armazém Interessante e Recreativo*, em 1807. Com certeza, sabe-se apenas que as gravuras litografadas fizeram a sua aparição na imprensa portuguesa em revistas, como a já referida *Panorama* (de 1837) e a *Arquivo Pitoresco* (de 1857).

Em 1862, começou a ser editada, em fascículos, a *Revista Pitoresca e Descritiva de Portugal*, uma publicação que consagrava um grande espaço à fotografia arquitectónica. Em 1865, Augusto Xavier Moreira começou a editar o conjunto documental *Álbum Lisbonense*, e, em 1868, Henrique Nunes editou o levantamento fotográfico *Monumentos Nacionais*.

A partir deste ponto, a fotografia portuguesa desenvolveu-se consagrando atenção especial às áreas do retrato, paisagens, "gentes" e arquitectura. No documentalismo paisagístico e etnográfico do final do século XIX e princípios do século XX distinguiram-se o alemão Emílio Biel (que fotografa a construção da linha férrea do Douro), Domingos Alvão, Marques de Abreu e Carlos Relvas.

Em 1878, nasceu *O Ocidente*, publicação importante para a expansão da fotografia documental no país, que se editou até 1915. A 9 de Fevereiro de 1881, surgiu, em Lisboa, o primeiro número do jornal ilustrado português *A Ilustração Universal*, acontecimento que marca a verdadeira entrada do jornalismo português na era da imagem informativa.

A fotografia portuguesa também não escapou à mentalidade colonial da época. No tempo das grandes explorações portuguesas de África, levadas a cabo por Serpa Pinto, Capelo e Ivens, e na linha dos primeiros levantamentos fotográficos que marcaram o final do século XIX, Cunha Moraes, proprietário de um dos primeiros estúdios fotográficos em Angola, publicou, a partir de 1885, *África Ocidental, Álbum Fotográfico e Descritivo*, em quatro volumes. No último quartel do século XIX, Cunha Moraes publicou também, em *O Ocidente*, fotografias de Angola e São Tomé, na mesma época em que Emílio Biel executava um trabalho de referência de levantamento e documentação do país, com especial atenção ao Gerês.

Em 1885, foram inseridas pela primeira vez fotogravuras num periódico ilustrado português, *A Ilustração Portuguesa* (que apareceu em 1884), mas só a partir de 1890 é que começaram a ser publicadas com regularidade em Portugal fotogravuras em *halftone*.

No final do século XIX, a ilustração − principalmente o retrato executado a partir de fotografias − começou a sua lenta invasão dos jornais diários portugueses. A imagem informativa deixava, em Portugal, de confinar-se às revistas ilustradas...

4. Jornalismo em Portugal no século XX (até 1974)

Como se disse, o jornalismo português começou o século XX sob o signo da intensificação da censura à imprensa e da repressão sobre os jornalistas e jornais que desafiavam o poder, em particular sobre os republicanos. Os jornais incómodos eram judicialmente processados ou apreendidos, textos ou partes de textos censurados, alguns jornalistas e editores presos (por vezes em situação de incomunicabilidade) ou degredados. A vigilância policial parecia omnipresente. Por vezes, as instalações dos jornais e as tipografias eram assaltadas pela polícia ou mesmo por bandos

afectos ao poder, como aconteceu com os jornais *O Século*, *O Mundo*, *A Vanguarda* e *O Progresso*. Para protestarem, em determinadas ocasiões os jornais deixavam em branco as partes censuradas (Tengarrinha, 1989: 254), para que o público se apercebesse da acção da censura. Sucediam-se, infrutiferamente, abaixo-assinados, manifestos, comícios e conferências a favor da liberdade de imprensa, alguns deles promovidos pelas várias associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, fundadas no século XIX (indiciando a profissionalização da classe), bem como pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa, grémio dos editores.

A já referida legislação de Abril de 1907 e o decreto da Ditadura de Junho desse mesmo ano, também já citado, agravaram ainda mais as condições em que operava a imprensa. Por causa da situação vigente em Portugal, alguns jornalistas exilaram-se, como aconteceu com o republicano Freitas Borges, que lançou, em Espanha, o jornal *O Espectro do Mundo*, que circulou clandestinamente em Portugal até 1908, ano em que esse jornalista regressou ao país, sendo preso.

Entre 1908 e 1909, houve um curto período de abrandamento da repressão sobre a imprensa e vários jornalistas presos foram amnistiados e postos em liberdade, mas em 1909, já sob o governo de Campos Henriques, restabeleceram-se as medidas repressivas, que se mantiveram até à queda da Monarquia, a 5 de Outubro de 1910.

Verdade seja dita que, a partir de 1906/1907, a exemplo do que sucedeu com a deriva nacionalista da imprensa europeia continental e norte-americana, assistiu-se a uma radicalização das posições das diferentes tendências ideológicas existentes na sociedade portuguesa, o que teve eco nos jornais. O campo monárquico e conservador ganhou o importante apoio da Igreja Católica, enquanto que pelo campo republicano alinhou a Maçonaria. Segundo Tengarrinha (1989: 239), os jornais republicanos converteram-se, nessa época, em meios autenticamente revolucionários.

Pode, assim, dizer-se que a imprensa portuguesa da fase final da Monarquia ecoava fortemente as tensões sociais de uma época em que se digladiavam os monárquicos, os republicanos, os socialistas, os trabalhistas (alguma imprensa operária) e os anarquistas. Esses campos nem sequer eram monolíticos, apresentando várias tendências que também competiam umas com as outras na *arena pública* em que se tinha tornado o campo jornalístico.

Nesse contexto, alguns jornais noticiosos, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, procuravam assumir-se como independentes, enquanto outros equilibravam as notícias com uma postura ideológica bem determinada. O jornal republicano *O Mundo*, fundado a 16 de Setembro de 1900, é um bom exemplo deste tipo de periódicos político-noticiosos, exemplificando que mesmo a imprensa ideologicamente alinhada e partidária já não subsistia sem notícias. Por isso, alguns jornais que nasceram inicialmente vinculados a um campo político, como *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, vinham reorientando a sua linha editorial para uma postura eminentemente noticiosa e independente desde o final do século XIX. A título de exemplo, o *Correio da Manhã*, órgão do Partido Regenerador-Liberal, publicava, no dia 1 de Maio de 1910, a seguinte notícia:

> "O Tribunal de Greenwich acaba de condenar a 5 shellings de multa de 16 sh, 6 de custas, 2 indivíduos acusados de terem cortado o rabo a um cão.
> O juiz que pronunciou esta sentença depois de ter ouvido um veterinário que declarou que a mutilação que infringiram aos cães, cortando-lhes o rabo, era um costume desumano que não tinha razão de ser, provocado inicialmente por uma moda bárbara."

Nota-se que a notícia acima já obedece a princípios elementares do jornalismo noticioso contemporâneo, como a obediência à técnica da pirâmide invertida e ao princípio do *lead*, apesar das questões de estilo, como a utilização de algarismos em números menores do que vinte, a ausência de rigor no que respeita à data do acontecimento ("acaba de

condenar”), a confusão na apresentação dos dados (especialmente no parágrafo-*lead*) e a ausência de concordância na transição do caso individual (o cão a que cortaram o rabo, personagem do *lead*) para o caso geral (os cães mutilados).
Um dos primeiros actos do poder republicano, instituído pela Revolução de 5 de Outubro de 1910, foi a revogação da lei restritiva da liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907. A 10 de Outubro de 1910, a imprensa readquiriu as suas liberdades, reguladas por um decreto de 28 de Outubro de 1910. As novas leis promoveram a criação de novos periódicos politicamente alinhados mas noticiosos, como o *República*, de 1911, num movimento impulsionado pela instabilidade política e social, de que os distúrbios nas ruas eram sintoma (a República não resolveu nenhum dos reais problemas do povo e do país). No entanto, passado pouco tempo foram sendo introduzidas pequenas alterações à legislação. Era a vez dos republicanos, antes tão ciosos da liberdade de imprensa, procurarem evitar a difusão de informações e ideias contrárias aos seus pontos de vista, quer dos monárquicos, quer da extrema-esquerda socialista e dos anarquistas. Assim, no final de Janeiro de 1912, foi suspensa a liberdade de imprensa e instituída a censura por 30 dias, devido à instauração do estado de sítio em Lisboa, na sequência de uma greve geral. A 9 de Julho desse mesmo ano, nova legislação permitiu a apreensão de jornais por motivos tão vagos como “linguagem despejada e provocadora”. Sucediam-se, também, as acções violências sobre os jornais monárquicos, com o beneplácito das autoridades. Em Janeiro de 1911, por exemplo, populares destruíram as instalações do *Correio da Manhã*, do *Diário Ilustrado* e d’*O Liberal*. No rescaldo do golpe monárquico falhado de 21 de Outubro de 1913, sucedeu o mesmo à *Nação* e a *O Dia*, enquanto no rescaldo do 14 de Maio de 1915 era destruída a sede de *O Intransigente*.
Em 1914, começou a Grande Guerra. A I Guerra Mundial acabou por dar aos governos republicanos o pretexto para, em tempo de guerra, restringirem ainda mais a liberdade de imprensa e imporem a censura, através da Lei 495, de 28 de Março de 1916.
O Governo Republicano terá visto na participação portuguesa no conflito não apenas uma maneira de unir a Nação mas também de vir a obter benefícios no pós-guerra, em especial em África, mas até 1916 não se envolveu no conflito, apesar dos combates travados entre tropas portuguesas e alemãs em Angola e em Moçambique. No entanto, não foi preciso haver envolvimento directo de Portugal para a imprensa portuguesa dedicar grande atenção à guerra desde a primeira hora, devido à forte noticiabilidade do acontecimento e à probabilidade de envolvimento de Portugal. Os jornais eram alimentados pelas agências noticiosas, em particular pela Havas, e pelos enviados especiais e correspondentes, o que gerou um certo enviusamento noticioso a favor dos Aliados. Notava-se uma forte intenção noticiosa de seguir o conflito a par e passo. O *Diário de Notícias*, por exemplo, titulava, na primeira página, no dia 5 de Agosto de 1914: “A Europa em Guerra / Os russos invadem a Alemanha / Os alemães em Luxemburgo / Parece inevitável a guerra entre a Alemanha e a França”. Também na primeira página aparecia uma notícia baseada num telegrama da Havas/Reuter: “Os alemães invadem o Luxemburgo / Londres, 2. − Um telegrama da agência Havas Reuter, de Bruxelas, anuncia que os alemães entraram no Grão-Ducado do Luxemburgo apoderando-se do palácio do Governo (...)”.
Outra notícia publicada na primeira página era assinada “correspondente”: “S. Petersburgo, 2. − Dois esquadrões russos fizeram ir pelo ares uma ponte, próximo da estação alemã de Richenaied, travando-se uma escaramuça na fronteira. Os alemães foram repelidos, penetrando os russos em território da Alemanha, em direcção a Joannesborg. − (Correspondente).”
Um artigo central dava coesão aos vários conteúdos da página um do DN, que incluíam um mapa do Luxemburgo e uma gravura do chanceler alemão. Nesse artigo, escrevia-se, para captar a atenção do leitor antes de se passar à apresentação e análise dos factos: “A guerra! O que a Europa procurou por todos os modos evitar, afastar por tantos anos, é hoje um facto: (...) se qualquer coisa de milagroso não intervém − é a grande guerra. É inútil iludirmo-nos: a Áustria demonstrou bem, logo de princípio, que o seu conflito com a Sérvia não podia ficar circunscrito (...)”.

Também na primeira página desse número do DN, um editorial, moderadamente anti-guerra e voltado para a preocupante situação dos países neutros e, em especial, para a situação interna de Portugal, era publicado na secção "Assuntos do Dia", sob o título "Serenidade" (observe-se que já nessa altura se verificava a contaminação da língua por estrangeirismos):

> "Serenidade / Ocultar a gravidade do presente momento constituiria uma imperdoável ingenuidade. Mas, se é grave, não se apresenta, contudo, como desesperado. Alguns governos das potências europeias preparam-se para a guerra. Há quem deseje, num desvario frenético, a luta prometedora de uma desforra ou de uma vitória outorgante de vantagens excepcionais. Há quem pense atiladamente, que a sorte das armas obedece com frequência a caprichos inexplicáveis e, acima de tudo, que vencidos e vencedores levarão largo tempo a repor-se do choque sofrido.
>
> A lei dos neutros, sempre iludida, ou melhor, postergada pelos beligerantes mais fortes, não incute hoje mais respeito que em qualquer das hostilidades transactas. Não se nos afigura fácil que as nações próximas da contenda, se por desgraça da humanidade o prélio chegar a generalizar-se, consigam manter indemnes de violação os seus territórios, por mais fortemente defendidos que estejam. A um tão violento abalo, que [afecta] (...) milhares de criaturas, segue-se sempre um *crash* financeiro. A retenção imediata do ouro, destinado a cobrir as enormes e inadiáveis despesas de uma mobilização rápida e que exige formidáveis *stocks* de mantimentos e provisões, determina um desequilíbrio momentâneo, a que não se furtam as nações mais ricas e bem preparadas para tal ordem de emergência.
>
> Deste desequilíbrio nasce uma espécie de pânico. À força de toda a gente querer acautelar-se, precipita-se no campo oposto. É isso exactamente que convém evitar. A serenidade, encarar a sangue frio todas as contingências que possam surgir, sossegar-nos a nós mesmos (...), sossegar os vizinhos mais timoratos, impõe-se não só como dever patriótico mas ainda e principalmente como uma vantagem de alto interesse para nós.
>
> A retracção do moral e o levantar dos bancos os depósitos que ali se encontram constitui um erro grave. Esse dinheiro, ali seguro, deixa de o estar se o trazemos em somas avultadas para nossa casa. Todas as pessoas sensatas se rendem à evidência desse facto. Nem o Banco de Inglaterra, que contém nos seus amplos cofres a maior soma de numerário, resistiria a um levantamento geral dos depósitos a ele confiados e à paralisação completa das suas operações. (...) Reter em casa moeda de valor nominal, que no momento representa tanto como papel, significa perturbar todo o mercado, encarecer todos os géneros. (...)"

O envolvimento directo de Portugal na I Guerra Mundial e a partida do Corpo Expedicionário Português para a Flandres teve por consequência o aumento generalizado das tiragens e da circulação de jornais e revistas informativas, embora as notícias da frente de batalha, em alguns casos elaboradas pelos enviados especiais, fossem sujeitas à censura militar. No país, as opiniões também eram díspares, opondo os germanófilos aos anglófilos e francófilos, correntes que acentuavam as divisões já existentes entre republicanos, monárquicos, socialistas e outros, que se digladiavam na imprensa (e não só).

A instabilidade política, social e militar que agitou Portugal durante os anos Dez e Vinte teve por contrapartida a contínua aparição de novos periódicos e o aumento sustentado das tiragens e da circulação de jornais. A ditadura de Sidónio Pais, entre 1917 e 1918, instituiu, em decretos sucessivos (9 de Janeiro e 13 de Abril de 1918), o licenciamento prévio e a censura à imprensa, mantendo a suspensão de publicação de jornais já encerrados e a possibilidade de se suspenderem publicações por motivos vagos como o recurso a "linguagem despejada". A efémera proclamação da

Monarquia do Norte, a 19 de Janeiro de 1919, deu novo pretexto ao poder para controlar os jornais. O fim da Grande Guerra, o assassinato de Sidónio e o regresso ao Parlamentarismo acabou por reconduzir a imprensa às liberdades do período anterior, salvo a suspensão temporária d'*O Século* por ocasião da tentativa de golpe de Estado de 18 de Abril de 1925. Mas foi sol de pouca dura...

4.1 A imprensa sob o signo do Estado Novo

Resultado de uma coligação de forças que incluía desde monárquicos descontentes a republicanos conservadores rivais do Partido Democrático, que então controlava o Governo da República, a 28 de Maio de 1926 um golpe de Estado impôs a ditadura militar em Portugal. Gomes da Costa, antigo comandante do Corpo Expedicionário Português na Flandres, levantou as tropas em Braga, enquanto o Almirante Mendes Cabeçadas, republicano convicto, fez o mesmo em Lisboa.

O sucesso do golpe de Estado levou o Presidente Bernardino Machado a conceder a chefia do Governo a Mendes Cabeçadas, a 31 de Maio. Cabeçadas sucedeu, assim, ao demissionário António Maria da Silva, assumindo, igualmente, a Presidência da República, por demissão de Bernardino Machado. No entanto, foi afastado do poder pela ala direitista dos revoltosos, que o substituiu por Gomes da Costa, num golpe ocorrido a 17 de Junho.

Manifestamente incapaz de governar o país, Gomes da Costa também não viria a durar muito tempo na Presidência da República e na chefia do Governo, já que, a 9 de Julho, a extrema-direita revoltosa o substituiu pelo Marechal Óscar Carmona. A instabilidade continuou. Uma revolta republicana, em 1927, quase conseguiu derrubar a ditadura militar. O fracasso dessa revolta originou o exílio do escol das hostes democráticas e facilitou o caminho aos adeptos da Ditadura. No meio destes acontecimentos, em Junho de 1926 a Ditadura Militar entregou a pasta das Finanças a um jovem professor de economia política na Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, mas este demitiu-se passado treze dias por não conseguir levar por diante o seu plano económico. A 27 de Abril de 1928, após a eleição de Óscar Carmona para a Presidência da República, Salazar reassumiu o cargo, após lhe ser dada carta branca para controlar despesas e receitas de todos os ministérios. Impondo medidas de grande austeridade, Salazar conseguiu equilibrar as contas públicas, em 1929, e acabou por tomar totalmente as rédeas do poder. Em 1930, criou a União nacional, partido único. Em 1932, foi nomeado presidente do Conselho de Ministros (chefe do Governo), cargo que manteve até que um acidente o incapacitou, em 1968. Para assegurar definitivamente o novo regime, Salazar procurou dar-lhe uma base constitucional. Assim, em 1933, fez plebiscitar uma nova Constituição que pôs fim à Ditadura Militar e deu início ao Estado Novo.

A Ditadura, inicialmente, não exerceu qualquer tipo de censura sobre os jornais. Foi um período breve, durante o qual republicanos liberais liderados por Mendes Cabeçadas controlaram o poder. Porém, a substituição de Cabeçadas por Gomes da Costa levou à instauração da censura através de uma carta dirigida pelo segundo-comandante da polícia de Lisboa aos directores dos jornais. Gomes da Costa, periclitante no poder, tentou sedimentar a sua posição e popularizar-se prometendo a abolição da censura, pelo que, a 5 de Julho de 1926, chegou a promulgar um decreto em que se garantia a liberdade de imprensa. Depois de assumir a Presidência, Óscar Carmona reforçou legalmente o princípio da liberdade de imprensa, a 29 de Julho. Estranhamente, ou talvez não, a prática da censura continuou sem respeito pelo preceituado legal.

A Constituição de 1933 assegurava, teoricamente, a liberdade de expressão e de imprensa, conferindo-lhe o estatuto de direito individual, mas, ao mesmo tempo, explicitava que o exercício dessa liberdade seria regulado por leis especiais para impedir "preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e

salvaguardar a integridade moral dos cidadãos". Mais adiante, a Constituição impunha, também, a publicação de notas oficiais pela imprensa. A Constituição, ao instituir o conceito vago de que a censura se destinava a evitar a perversão da opinião pública, dava, na falta de regulamentação, um tão grande espaço de manobra aos censores que estes podiam agir arbitrariamente.

A Constituição de 1933 dotou, assim, o Estado Novo de um instrumento jurídico que lhe permitiu a institucionalização da censura prévia. Esta foi materializada através de um decreto de 11 de Abril desse mesmo ano, data em que entrou em vigor a nova Constituição portuguesa. Assim, a censura à imprensa (que nunca tinha deixado de existir) continuou, desta vez alicerçada na Lei Fundamental.

As comissões de censura, inicialmente na dependência do ministro do Interior, passaram, em 1944, para a dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, inicialmente denominado Secretariado da Propaganda Nacional (1933), dirigido por António Ferro, o grande estratega da propaganda do novo regime e do Estado Novo.

Um decreto de 14 de Maio de 1936 obrigou os proprietários de empresas mediáticas a possuir "idoneidade intelectual e moral" e a fazer prova dos meios financeiros das empresas para abrir novos jornais, sob pena de multa, suspensão das publicações e apreensão dos jornais, o que ressuscitou o mecanismo do licenciamento prévio, uma das medidas que os governantes seiscentistas tinham começado a tomar para controlar o jornalismo emergente. A partir de 1945, os crimes por abuso de liberdade de imprensa passaram a ser julgados pelos tribunais plenários de Lisboa e Porto, que também julgavam os crimes políticos. A repressão sobre a imprensa adquiriu, em concomitância, um sentido vincadamente ideológico. Para além disso, o regime apenas mandava inserir publicidade nos jornais seus apoiantes, o que agravou as difíceis condições em que sobreviviam os jornais mais ou menos oposicionistas, muitos dos quais acabaram por desaparecer.

Há que dizer que o regime corporativo de Salazar nunca regulamentou o funcionamento da censura. Os censores agiam discricionariamente, pois o único documento com instruções era uma carta de 28 de Agosto de 1931 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura às delegações. De qualquer maneira, por conveniência de ambas as partes, os procedimentos rotinizaram-se. Os jornais enviavam três provas à Comissão de Censura da sua área, que devolvia uma delas com os carimbos visado", "autorizado", "autorizado com cortes" (assinalados a lápis azul, competindo ao jornal decidir sobre a publicação das notícias parcialmente cortadas), "suspenso" (conteúdos a aguardar decisão superior), "retirado" ou "cortado" (proibição absoluta de referência ao assunto em causa). Os jornais, porém, não podiam deixar espaços em branco ou outros indícios de censura, embora pudessem colocar o aviso "visado pela Comissão de Censura", na primeira página. Em algumas ocasiões, os Serviços de Censura davam instruções informais aos jornais. A recusa de publicação de uma notícia, ou de um comentário, sugerido pelas comissões de censura podia, aliás, dar sérios problemas aos jornais. Por exemplo, o jornal republicano *República*, uma das vozes da oposição ao regime, recusou-se a condenar o assalto ao paquete *Santa Maria* por um grupo de oposicionistas, capitaneados por Henrique Galvão, em 1961, pelo que foi suspenso durante três dias. Diga-se, porém, que a suspensão de um jornal raramente ocorria, provavelmente por ser um acto que poderia ter efeito de feedback. Aliás, nem era necessário, porque a censura actuava. Por exemplo, depois das primeiras notícias do rebentamento da Guerra Colonial, narrando os tenebrosos massacres de portugueses (incluindo mulheres e crianças) no Norte de Angola, quase nada se lia, ouvia ou via sobre os acontecimentos no Ultramar e quando isso acontecia a estratégia discursiva era a de vitimização do país e a de mostrar que o regime não estava isolado e muito menos derrotado, pois continuava a ter forças para combater (ver, por exemplo: Cristo, 2005: 40-60). As vítimas dos combates eram frequentemente referidas como tendo sido vítimas de acidentes de viação. As tentativas de insurreição também eram ou silenciadas ou enquadradas noticiosamente de maneira a favorecer o regime.

A recepção das notícias das agências noticiosas através de telex, a partir dos anos Sessenta, obrigou à adopção de novas rotinas. Neste caso, a censura recebia as notícias das agências e comunicava o seu juízo às agências, indicando as que podiam ser publicadas na íntegra ou publicadas com cortes, bem como as que não podiam ser publicadas. Posteriormente, as agências comunicavam os resultados do processo aos seus clientes.

Até 25 de Abril de1974, sob a governação de Salazar (até 1968) e, seguidamente, de Marcelo Caetano, manteve-se a censura à imprensa e a repressão sobre os que procuraram desafiar o Estado Novo com palavras. O Governo de Marcelo Caetano ainda promulgou uma nova lei de imprensa, em 1971, e deu à censura a designação "Exame Prévio", mas a cosmética nada mudou de essencial. Aliás, um projecto alternativo de lei de imprensa apresentado pelos deputados da Ala Liberal Sá Carneiro e Pinto Balsemão[16] nem sequer chegou a ser discutido em plenário, tendo o memo sucedido a um outro projecto, do Sindicato Nacional de Jornalistas, ostracizado à partida.

A chegada de Caetano ao poder foi acompanhada de uma certa abertura do regime, de tal modo que se falava da Primavera Marcelista. A censura amenizou-se. Porém, a intensificação da Guerra Colonial e dos protestos estudantis levaram o regime a suspender a política de abertura, o que conduziu ao endurecimento da censura.

As dificuldades para o jornalismo durante o Estado Novo não se limitavam à censura e a medidas repressivas como a suspensão da publicação por um determinado período de tempo, apreensão de exemplares, multas e mesmo a prisão para jornalistas, editores e vendedores. Por vezes, os órgãos jornalísticos viam-se, também, impedidos de enviar jornalistas ao exterior para cobrir determinados acontecimentos, nomeadamente quando em causa poderiam estar as posições oficiais do regime, como aconteceu com o *Jornal de Notícias*, impedido de enviar jornalistas para cobrir a Guerra Civil de Espanha, em 1934 (Franco, 1993: 109).

Apesar de tudo, alguma imprensa conseguia, insidiosamente, fazer algumas críticas ao regime, ajudada por uma censura exercida por funcionários nem sempre suficientemente cultos e inteligentes para se aperceberem do alcance de determinadas palavras. A imprensa desportiva[17], em que pontificavam os jornais *A Bola* (1945) e *Record* (1949), não era excepção. Conta-se, por exemplo, o episódio duma crónica que, parecendo falar do tempo, falava da "Primavera que não se via", que os censores não perceberam tratar-se de uma referência à chamada "Primavera Marcelista" (o período de "estado de graça" de Marcelo Caetano, em que se esperava a abertura do regime, mas que afinal não se concretizou em mudanças).

Durante a II Guerra Mundial, circularam em Portugal revistas como *A Guerra Ilustrada*, financiadas pelos governos das potências beligerantes, que arejaram momentaneamente o jornalismo português, mas a imprensa nacional continuou a ser exacerbadamente vigiada.

Em 1944, foi criada a Agência de Notícias e Informações (ANI), por Dutra Faria e Barradas de Oliveira. Embora privada, estabeleceu um contrato de prestação de serviços com o Estado, pelo que se tornou, essencialmente, em mais uma voz da máquina de propaganda do regime. Nesse mesmo ano, foi fundada a agência Lusitânia, por Luís Lupi, vocacionada para a troca de informações entre Portugal e as colónias.

Embora a censura e as dificuldades colocadas à fundação de periódicos tenham provocado a diminuição do ritmo do aparecimento de novos jornais e revistas em Portugal (Pena Rodriguéz, 1994: 344 e 345) e mesmo o desaparecimento de jornais históricos como *O Mundo*, nos anos Sessenta alguma coisa mudou no panorama jornalístico português. Num mundo em mudança, *O Primeiro de Janeiro*, jornal de referência no Porto, bem como o *Diário de Lisboa*, o *República* e

[16] Depois de 1974, já em democracia, ambos vieram a exercer os cargos de presidente do Partido Social-Democrata e de primeiro-ministro de Portugal. Sá Carneiro morreu em funções, vítima de um acidente de avião (presumivelmente resultado de um atentado). Pinto Balsemão tornou-se num dos principais patrões do sector dos *media* em Portugal.

[17] Diga-se que a imprensa desportiva teve o seu início em Portugal em 1893, com a publicação de *O Velocipedista*. Fundaram-se, depois, várias outras publicações, como *O Tiro Civil* (1895) *O Sport* (1902), *Tiro e Sport* (1904), *Os Sports* (1905), etc.

o *Diário Popular*, jornais da capital, conseguiram ser, de algum modo, vozes da oposição democrática ao regime, apesar de serem ultrapassados, em tiragens e circulação, pelo *Século* e pelo *Diário de Notícias*, formalmente independentes, mas situacionistas.
O lançamento do semanário *Expresso*, em 1973, por sectores da chamada Ala Liberal (que mais tarde, após a Revolução de 1974, se aglutinariam no Partido Social-Democrata), encabeçados por Francisco Pinto Balsemão (um dos actuais "patrões" do sector mediático português), deu mais uma machadada no autoritarismo do regime sobre a imprensa (a manchete do primeiro número do *Expresso* era, sintomaticamente, sobre os portugueses que nunca tinham votado), já minado por várias publicações clandestinas, como o jornal *Avante*, do Partido Comunista Português. O jornal oficioso do regime, subvencionado pelo Ministério do Interior, o *Diário da Manhã*, não tinha circulação significativa.
Datam do período marcelista do Estado Novo as primeiras tentativas de posicionamento dos grandes grupos económicos no sector da comunicação social, substituindo-se às famílias tradicionalmente proprietárias dos negócios mediáticos. O grupo de Jorge de Brito, por exemplo, comprou parte d'*O Século* e a revista generalista semanal *Vida Mundial*, enquanto o Banco Borges & Irmão, que detinha o *Jornal do Comércio*, comprou o *Diário Popular* e o jornal desportivo *Record*. A Caixa Geral de Depósitos detinha indirectamente o controlo do *Diário de Notícias* através da sua participada Companhia Portugal e Colónias. O Banco Nacional Ultramarino, por seu turno, detinha uma parte substancial do capital do *Diário de Lisboa*.
O triunfo da Revolução desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de Abril de 1974, permitiu o restabelecimento da liberdade de imprensa em Portugal. Nesse mesmo dia, vários jornais já não foram à censura. Porém, a instabilidade política e o anarquismo social que se viveram no período pós-revolucionário não só colocaram o país perante o cenário catastrófico de uma guerra civil como também contribuíram para o desaparecimento de jornais históricos como o *República* e para a quase falência de outros, como *O Primeiro de Janeiro*.

4.2 Fotojornalismo em Portugal no século XX (até 1974)

Foi no início do século XX que, em Portugal, a fotografia informativa deixou de estar confinada às páginas das revistas ilustradas para invadir os jornais diários, embora inicialmente sob a forma de gravuras.
A partir de 1901, a reportagem desenhada começou a fazer escola no *Diário de Notícias* e noutros jornais diários (como *O Século*), técnica substituída, algum tempo depois, pela fotografia passada a desenho (decalque e contorno), que se foi tornando a forma mais comum de ilustração nos jornais portugueses.
Pelo início do século XX, as revistas ilustradas, com a segunda série da *Ilustração Portuguesa* à frente, começaram, por seu turno, a excluir o desenho para privilegiar as fotografias, nomeadamente a partir dos anos Dez, graças às melhorias nos processos de reprodução e impressão. Mas, durante alguns anos coexistiram esses dois vectores da reportagem gráfica, quer nas revistas, quer nos jornais, pelo que as imagens da implantação da República que surgiram nos jornais, em 1910, são na quase totalidade desenhos, embora alguns deles elaborados a partir de fotografias.
A 2 de Fevereiro de 1907, foi publicada no *Comércio do Porto* a primeira fotografia num jornal diário português (um retrato). Nesse mesmo ano, o *Diário de Notícias* publicou, a 27 de Julho, a sua primeira fotografia (outro retrato). Esse último jornal publicou, também, a 4 de Fevereiro de 1908, várias fotografias (igualmente retratos) evocativas do regicídio, em que morreram o Rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe, o que ilustra a generalização da fotografia na imprensa portuguesa. Os jornais seguiram, assim, o exemplo das revistas, contratando repórteres fotográficos próprios, embora tenha sido apenas em 1940 que um foto-repórter conseguiu obter a carteira profissional do Sindicato Nacional dos Jornalistas − André Salgado, do jornal *Novidades*.

A I República foi um período em que se registaram no País inúmeras revoltas armadas, constituindo acontecimentos privilegiados para a cobertura "fotojornalística", que começou a expandir-se em jornais como *O Século* e o *Diário de Notícias*, de Lisboa, e *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias*, do Porto.
Joshua Benoliel é por muitos considerado o primeiro genuíno fotojornalista português e talvez um dos fotógrafos desses tempos com obra mais extensa. Trabalhando como *freelance*, Benoliel colaborou, sobretudo, com a *Ilustração Portuguesa*, de 1903 a 1918, e com *O Século*, o "seu" jornal, fazendo fotografias de cenas do quotidiano, de fait-divers, mas também das revoluções e revoltas que ensanguentavam o país, tendo sido um dos precursores da *candid photography* dos anos Vinte, que aproxima visualmente as pessoas daquilo que lhes está próximo. À maneira de Solomon e da geração de fotojornalistas alemães dos anos Vinte, também Benoliel vestia à altura das ocasiões, falava várias línguas, averiguava os horários mais propícios para estar nos locais onde ia fotografar e chegava a gritar nos comícios "É para *O Século*!" para fazer parar as pessoas. Conta-se que chegou a fazer parar uma procissão em honra da Senhora da Saúde, na qual participava o Infante D. Afonso, para "sacar" a foto.
No campo das revistas, a *Ilustração Portuguesa*, de Malheiro Dias, propriedade d'*O Século*, foi, provavelmente, a revista nacional mais inovadora na sua época, sobretudo na sua segunda série (1903-1924), altura em que publicava quase só fotografias acompanhadas de textos curtos. A sua paginação quase antecipa, por vezes, a das revistas ilustradas dos anos Vinte/Trinta. Sem chegar às receitas que a *La Vie au Grand Air* já tinha introduzido a partir de 1898, a *Ilustração* chegou a publicar, em Fevereiro de 1909, uma dupla página de Afonso XIII e D. Manuel II conversando de costas, num plano geral, sem que os Monarcas ibéricos posassem, quase ao estilo da *candid photography*; em Outubro de 1910, já instaurada a República, é a vez de uma reportagem sobre um dia na vida do Presidente Teófilo Braga: a leitura dos jornais, o almoço, a viagem de eléctrico, etc.
Na *Ilustração* nasceram vários nomes relevantes para o fotojornalismo português, alguns dos quais exerceram a sua actividade até meados do século XX. São os casos de Aurélio Paz dos Reis, um dos pais do cinema nacional, e Arnaldo Garcez, que fez a cobertura da I Guerra Mundial, onde esteve empenhado o Corpo Expedicionário Português (embora o conflito tenha, sob o prisma da fotografia, passado quase despercebido aos jornais e revistas nacionais). Com eles, a foto-reportagem começou, realmente, a despontar em Portugal, numa linha que se afastava do documentalismo que dominava a fotografia portuguesa.
Para a autonomização da foto-reportagem, é justo referir, ainda, os contributos de José Artur Leitão Bárcia, da revista *Serões*, Anselmo Franco, dos jornais *República*, *Luta*, *O Século* e *Diário de Notícias*, e Alberto Carlos Lima, que, desde o início do século, trabalhou para *Brasil Portugal*, *Ocidente*, *Serões* e *Ilustração Portuguesa*.
Pelos anos Vinte, os jornais diários começaram a organizar arquivos fotográficos. Na mesma década e na seguinte, Portugal viu surgir um grande número de revistas ilustradas, como a *Vida Mundial*, que sobreviveu até aos anos Setenta, e a terceira série da *Ilustração Moderna* (1926-1932), dirigida pelo fotógrafo Marques de Abreu, e na qual participam Álvaro Martins e Miguel Monteiro, entre outros. As duas séries anteriores dessa revista tinham sido editadas entre 1898-1899 e 1900-1903, tendo ambas sido dirigidas por Marques de Abreu, mas a primeira contou com a co-direcção de Cunha Moraes.
Com a revolução de 28 de Maio de 1926 e subsequente instauração do regime ditatorial e corporativista de Salazar (o Estado Novo), as foto-reportagens tornaram-se, em alguns casos, documentos gráficos glorificadores dos feitos do poder, um pouco à semelhança do que viria a acontecer nas restantes ditaduras de extrema-direita europeias: a espanhola, a italiana e a alemã. As publicações foram inundadas de retratos favoráveis das figuras do regime. É por essa época que se torna notado o filho de Joshua Benoliel, Judah Benoliel, que, a partir de 1924, colaborou com as publicações *Pátria*, *ABC*, *O Século* e *Diário Popular*.

A partir dos anos Vinte, as grandes revistas ilustradas dos dois mais importantes diários da capital, *O Século* e *Diário de Notícias*, vão atrair alguns grandes fotógrafos. Salazar Diniz, Deniz Salgado, Ferreira da Cunha, José Lobo e Marques da Costa, entre outros, colaborarão assiduamente com o *Notícias Ilustrado* e *O Século Ilustrado*.
Os jornais da época cobriamm fotojornalisticamente os acontecimentos político-institucionais e as ocasiões de Estado, os acontecimentos desportivos de particular dimensão, como o Grande Circuito Hípico de Portugal, em 1925, ou as voltas a Portugal em bicicleta, que se iniciam em 1927, os acidentes e alguns *fait-divers* do quotidiano. Os retratos de grupo de pessoas eram também frequentes, quer em ocasiões de Estado, quer em ocorrências como batidas de caça. Abundavam os planos gerais, mesmo nos retratos, e já se notavam alguns dos critérios de ponto de vista que ainda hoje se registam no fotojornalismo, como a preocupação com o registo visual testemunhal e objectivante.
Nas décadas de Trinta e Quarenta, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) publicou os exuberantes álbuns gráficos *Portugal 1934* e *Portugal 1940*, que incluem contribuições de vários dos fotógrafos "modernistas" dos anos Vinte, como Mário Novaes, SanPayo e Judah Benoliel. Entre 1938 e 1939, o SNP editou também os cinco volumes de *Alguns Aspectos da Viagem Presidencial às Colónias, 1938-1939*, em que a maioria das imagens fotográficas eram de Marques da Costa.
Durante a II Guerra Mundial, a neutralidade portuguesa e a excelente situação geográfica do país obrigaram a um esforço propagandístico alemão e britânico, tendo circulado em Portugal várias revistas ilustradas pró-britânicas (como a *Guerra Ilustrada*) e pró-alemãs. Estas revistas recorriam profusamente à fotografia, pelo que o incremento da sua circulação em Portugal foi benéfico para o fotojornalismo português, até porque lançou dentro de portas o trabalho de grandes fotojornalistas estrangeiros que, trabalhando para os governos dos seus países, cobriram o conflito.
Em 1947, a primeira mulher fotojornalista portuguesa, Beatriz Ferreira, começou a trabalhar no jornal *O Século*.
Nos anos cinquenta, começou a assistir-se a uma renovação do documentalismo fotográfico português, continuada subsequentemente. O projecto fotográfico empreendido por fotógrafos portugueses que, nessa época, mais entroncava na órbita das novas tendências da fotografia documental foi, provavelmente, *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, editado, em 1959, em sete fascículos mensais.
Lisboa, Cidade Triste e Alegre é o resultado das deambulações de Costa Martins e Vitor Palla pela cidade, fotografando o seu quotidiano, entre 1956 e 1959. O álbum vive do experimentalismo fotográfico, do desfoque, da foto tremida, do esfumado e fluído (*flou*), dos cortes, das sobre-revelações, das sequências, do alto-contraste, das oposições, das difracções e das variações de tamanho e formatos, pelo que, ao contrariar os gostos dominantes, se tornou num fracasso editorial. Um outro caso curioso é o de Rosa Casaco, agente da polícia política PIDE e um dos fotógrafos de salão mais conhecidos, que publicou, em 1954, o livro *Salazar na Intimidade*, um olhar surpreendentemente intimista sobre o Presidente do Conselho.
A primeira grande exposição representativa dos repórteres fotográficos portugueses realizou-se na Caixa da Imprensa, de 25 de Maio a 1 de Junho de 1956. Na mostra, foram expostos 149 trabalhos de 17 fotojornalistas.
É ainda na década de Cinquenta que se destaca, em Portugal, Augusto Cabrita, que fotografou a Guerra Colonial. Deste conflito, porém, os jornais praticamente só mostravam cenas dos embarques e desembarques das tropas. Manuel Graça, do *Província de Angola*, que reportou cruamente as matanças atrozes (que envolviam decapitações e empalamentos) do início da Guerra Colonial, entre 1960 e 1965, especialmente as cometidas pelos guerrilheiros independentistas, foi, claro está, censurado.
Na imprensa dos anos Sessenta, além de Augusto Cabrita, que colaborou com *O Século Ilustrado*, o fotógrafo português mais importante no jornalismo diário foi Eduardo Gageiro, um mestre do retrato, do instantâneo fotográfico e da foto-reportagem, que colaborou com o *Século Ilustrado*, o *Diário Ilustrado* e várias outras publicações, como a contemporânea *Visão*. A partir dos anos Setenta, outros nomes se distinguiriam no fotojornalismo português, como

Alfredo Cunha, que iniciou a sua carreira n' *O Século* e que se distinguiu, ainda nessa década, pelas suas fotografias socialmente comprometidas dos bairros operários da Amadora e pelas suas imagens intemporais da Revolução de 25 de Abril de 1974. Também de grande valor evocativo do 25 de Abril são as fotos de Carlos Gil, que na altura estava na revista *Flama*.
A instauração da democracia, em 1974, incentivou a renovação da fotografia portuguesa, pelo que o fotojornalismo e o documentalismo fotográfico passaram a acompanhar as grandes tendências da fotografia mundial, em que é notória, por exemplo, a tensão entre os olhares mais impressivos e os mais objectivantes sobre a realidade, que correspondem a duas formas de encarar a actividade.

4.3 Radiojornalismo em Portugal no século XX

A primeira emissão experimental de rádio em Portugal, no sentido que hoje lhe damos, ocorreu em 1914, por iniciativa (privada) de Fernando Cardelho de Medeiros. Foi escutado por três ouvintes, equipados com rádios de galena, a quem ofereceu um concerto de Wagner. Esse tipo de experiências, que não se distinguiam das actividades de radioamadorismo, continuaram até ao início dos anos Vinte.
Ainda na segunda década do século XX, vários curiosos, incluindo comerciantes de artigos eléctricos, interessaram-se pelo novo meio da rádio, auto-denominando-se "senfilistas" (de "sem fio", devido à sigla TSF, Telegrafia Sem Fio) e fizeram várias emissões amadoras.
As primeiras emissões parecidas com aquilo que é hoje uma emissão de rádio datam apenas de 1924, ano em que aparece o posto emissor P1AA − Rádio Lisboa, posteriormente alterado para CT1AA − Rádio Portugal. Foi este posto emissor que iniciou as emissões regulares de radiodifusão em Portugal, em Março de 1925, com o locutor Adriano Lopes Vieira. Nessa época, as rádios portuguesas emitiam poucas horas diárias, mas, em alguns casos já procuravam emitir notícias, em especial notícias locais, embora sem qualquer preocupação pelo estabelecimento de um serviço noticioso. Aliás, a 7 de Maio de 1925, o Governo mandou selar os postos emissores, julgando-os responsáveis pela transmissão de notícias falsas sobre a tentativa de golpe militar de 18 de Abril desse mesmo ano. No entanto, a actividade de radiodifusão voltou a ser autorizada a 2 de Julho de 1925, nunca mais tendo sido interrompida. Em 1928, já em plena Ditadura, foi fundado o posto emissor CT1DY, que viria a tornar-se o Rádio Clube Português, uma das emissoras mais relevantes no Estado Novo.
O Governo da Ditadura Militar procurou controlar e censurar a rádio desde o início. Com o advento do Estado Novo, o Governo, que via na rádio um útil instrumento de propaganda, instituiu, por um decreto de 1930, o monopólio estatal dos serviços de radiodifusão. Porém, o diploma permitia, igualmente, a concessão de licenças a operadores privados. Ao abrigo dessa prerrogativa legal, Jorge Botelho Moniz fundou, com outros empresários, o Rádio Clube Português.
O Governo de Salazar também criou uma emissora estatal, a Emissora Nacional (1932), destinada a difundir as ideias do regime e a oferecer uma programação que não colocasse em risco as suas estruturas fundacionais. A EN começou a operar regularmente em 1933.
Em 1936, o regime permitiu a exploração de publicidade pelos operadores privados de radiodifusão, o que possibilitou a fundação de várias emissoras locais e regionais. Nesse mesmo ano, foi autorizada a Rádio Renascença/Emissora Católica Portuguesa (emissões experimentais em 1936, regulares em 1938). A partir do início dos anos Trinta, a rádio portuguesa começou, assim, a emitir radiojornais periódicos, alinhados pela política do regime e que, no início, pouco mais eram do que a leitura de notícias da imprensa oficiosa e de telexes das agências de notícias, sempre sob a

vigilância dos censores. Ainda nos anos Trinta começaram a ser realizadas reportagens a partir do local dos acontecimentos.

Durante a Guerra Civil espanhola, a rádio portuguesa, em especial o Rádio Clube Português, que transmitia para grande parte de Espanha, organizou um serviço de escuta permanente das rádios espanholas e procurou, com a conivência do Governo corporativista português, ajudar os rebeldes de Franco, desmentindo as notícias emitidas pelas rádios afectas ao Governo republicano espanhol e dando conta dos êxitos das forças nacionalistas. Pelos microfones do RCP passaram, entre outros, o general nacionalista espanhol Queipo de Llano e vários militantes da direita espanhola (Pena Rodríguez, 1994: 346). A partir de 3 de Setembro de 1936, a Emissora Nacional também passou a incluir uma crónica militar inteiramente alinhada pelo lado nacionalista, da autoria do capitão Alexandre de Morais.

A rádio que se fazia, e cujo estilo perdurou em Portugal até aos anos Setenta, era formal, direccionada para uma audiência colectiva (até meados dos anos Setenta, a rádio tinha, em muitos dos lares portugueses, o papel que hoje em dia tem a televisão), por vezes cheia de imprecisões. Leia-se, por exemplo, um excerto de uma reportagem da Emissora Nacional sobre um terramoto em Agadir, emitida a 7 de Março de 1960:

> "[Pivot] Agadir, a cidade mártir. Terceira e última reportagem do nosso enviado especial Artur Agostinho.
> [Separador: música "árabe".]
> [Pivot] Como é do conhecimento dos ouvintes da Emissora Nacional, partiu na sexta-feira para Marrocos o nosso enviado especial Artur Agostinho com a incumbência de realizar algumas reportagens a propósito da terrível catástrofe de Agadir. Logo que chegou a Casablanca, o nosso enviado realizou uma primeira reportagem, durante a qual o embaixador do nosso País em Marrocos e o cônsul português em Casablanca fizeram algumas declarações. O repórter da Emissora Nacional ouviu um grupo de portugueses evacuados de Agadir e na manhã de sábado registou as impressões de mais alguns compatriotas nossos que chegaram de barco a Casablanca vindos da cidade mártir. Nesse mesmo dia, muito embora Agadir estivesse já totalmente interdita, o locutor da Emissora Nacional partiu para o local da tragédia onde conseguiu chegar com extraordinária dificuldade. E foi na base aeronaval que registou o primeiro apontamento para esta reportagem.
> [Som ambiente da base aeronaval, ouvindo-se vozes, choro de crianças, etc.; este som manter-se-á como cenário auditivo da reportagem até ao final da intervenção do jornalista.]
> [Enviado especial] Senhores ouvintes, falamos finalmente da base aeronaval de Agair. Conseguimos transporte num bimotor francês após longas horas de espera na base militar de Casablanca, onde o movimento de aviões continua a ser intenso e onde a cada momento chegam mais sobreviventes da tragédia, que segundo as últimas previsões fez muitas mais vítimas do que chegou a supor-se. Enquanto aguardávamos transporte para Agadir, assistimos à chegada de homens, mulheres e crianças em cujos rostos se podiam observar bem as provações por que haviam passado nestes últimos dias. Os seus olhos pareciam reter ainda as imagens dramáticas da grande catástrofe e as palavras com que procuravam relatar a sua triste odisseia só dificilmente podiam acompanhar o turbilhão de ideias confusas e imprecisas que o cérebro se recusava a ordenar. Muitos deles nem sequer sabiam como tudo aquilo acontecera. A terra entrara em violenta convulsão, segundo alguns anunciada muitas horas antes por um estranho e surdo ruído subterrâneo, mas essa convulsão surgiu quando grande parte da população dormia já. Foram breves segundos que pareceram séculos. Uma ínfima fracção de tempo a parecer uma eternidade. E no fim, quase nada restava de pé. A cidade, moderna e airosa, ficara reduzida a um montão informe de ruínas. Os gritos lancinantes, aflitivos, daqueles que a morte não venceu ao primeiro golpe foram decrescendo de intensidade até se extinguirem por completo com o último sopro de vida dos milhares de infelizes que se tornava dificílimo, nalguns casos até impossível,

socorrer. E a morte passou a dominar Agadir. Os que conseguiram sobreviver, e alguns sabe Deus como, tão cedo não poderão esquecer os horrores a que assistiram num tremendo e arrepiante rebobinar de imagens. Vimos muitos desses durante as seis horas que ali estivemos a aguardar vez para embarcar. Homens, mulheres e crianças de todas as nacionalidades, alguns deles simples turistas que a tragédia surpreendeu, pareciam vindos de um mundo estranho, distante, e de quando em quando surgia uma explosão de lágrimas, talvez pela recordação de alguém que lá ficara em Agadir soterrado entre os escombros, talvez pela recordação de uma vida feliz que é necessário refazer, recomeçar a partir do zero. Uma criança, segurando na sua mãozita débil um pequeno boneco que ela não deixou um momento sequer foi retirada de um dos hotéis do que restava de Agadir. Uma das brigadas de socorro encontrou-a num vão que dois fortes pilares de cimentos milagrosamente criaram na sua queda pavorosa. Ali ficara agarrada à sua mãe que durante mais de 24 horas a manteve apertada contra o peito. Quando conseguiram retirá-las, foi a custo que puderam retirar pequenita dos braços da sua mãe tal a força com que esta a segurava. E a pobre mulher só muitas horas depois conseguiu articular algumas palavras. O choque nervoso fora violento, terrível, e o pavor de perder a filha quase lhe retirara a razão. Muitos casos de dramatismo semelhante poderíamos relatar-vos, senhores ouvintes. Ao chegarmos aqui, à base aeronaval que dista oito ou nove quilómetros da cidade, quase desesperámos de conseguir o *laissez-passer* que nos permitisse atravessar o cordão sanitário montado em volta de Agadir, onde ninguém tem agora acesso. Como se sabe, Agadir, já evacuada por completo, foi completamente isolada e assim ficará por cinco semanas para se proceder aos indispensáveis trabalhos de desinfecção. Entretanto, surgiu há instantes a possibilidade de nos transportarmos num camião até muito perto do cordão de isolamento e por amabilidade de um oficial superior desta base estamos de posse de uma apresentação para o coronel das Forças Armadas Reais que poderá proporcionar-nos uma possibilidade de penetrar em Agadir. E é isso que vamos agora tentar senhores ouvintes.
[Pivot] O enviado da Emissora Nacional conseguiu os seus intentos, mas essa sua primeira visita a Agadir, outra conseguiria efectuar no dia seguinte, durou apenas alguns minutos."

O exemplo de reportagem acima evidencia, de facto, o formalismo da rádio portuguesa de Sessenta, patente no estilo, na compaixão exacerbada, na hiper-adjectivação e hiper-adverbiação, nos lugares-comuns, nos tempos verbais escolhidos, e mesmo em algumas palavras (como "incumbência" e o estrangeirismo "laissez-passer"); mostra, também, a debilidade técnica dos radiojornalistas, evidenciada, por exemplo, no excerto em que o pivot nos relembra que o embaixador e o cônsul "fizeram algumas declarações", mas em que não evoca o conteúdo dessas mesmas declarações. Também não é revelado o número concreto de vítimas do sismo. Finalmente, os jornalistas de rádio não se viam a si mesmos como exercendo uma profissão autónoma: eram "locutores", conforme diz o pivot, e também faziam publicidade e entretenimento (como ainda hoje sucede em várias rádios locais portuguesas).
Apesar dos constrangimentos, a partir dos anos Sessenta a informação radiofónica portuguesa foi-se adaptando gradualmente aos novos tempos:

"Ao longo dos anos, a informação noticiosa descobrirá a sua compatibilidade com o meio radiofónico e adaptar-se-á a ele, crescendo em quantidade e em qualidade. (...) E se em 1960, o sector da informação parecia à crítica ainda dedicado ao ostracismo, ganhando apenas vida, normalmente, quando os jornais saíam para a rua, a excepção do "Diário do Ar" [Rádio Renascença, emitido pela primeira vez a 15 de Agosto de 1959] onde alguns dos acontecimentos foram divulgados sem se esperar pela saída dos jornais (...), prometia

> alterações. Registava-se já o interesse pela exploração da informação na rádio, através de realizações como o "Rádio Jornal" [Rádio Clube Português] (...)." (Cristo, 2005: 33)

Dina Cristo (2005: 34-40) conta que a partir do final dos anos Cinquenta se foi abandonando a leitura directa ao microfone de *takes* das agências ou mesmo dos textos dos jornais sem prévia adaptação das mesmas ao meio radiofónico, o que significou tornar as frases mais curtas e incisivas, a informação mais sintética e redundante (proporcionando uma melhor apreensão da mensagem pelo receptor). Aumentou, igualmente, o número e frequência diária de noticiários, o que permitia uma maior actualização da informação, e começaram a fazer-se interrupções da emissão quando notícias urgentes surgiam. O sequestro do paquete Santa Maria, em 1961, foi o primeiro dos acontecimentos para os quais as rádios mobilizaram meios técnicos e humanos sem precedentes, de maneira a assegurar uma cobertura permanentemente actualizada do que se passava, incluindo o envio de repórteres ao estrangeiro (nessa ocasião, Artur Agostinho, da EN, por exemplo, foi ao Recife). Em alguns casos, nas notícias procuravam tecer-se críticas ao regime através de frases cifradas (José Manuel Nunes, *cit. in* Cristo, 2005: 35). O novo estilo foi introduzido nas estações privadas, especialmente no Rádio Clube Português, mas a Emissora Nacional copiou-o, em especial a partir de 1964, quando o "Programa da Noite" adoptou o slogan "As notícias chegam e vão directas ao seu receptor". Em 1968, já existiam noticiários de hora a hora na EN, sérios, abrangentes (do internacional ao local) e cheios de registos áudio que os tornavam mais vivos, embora as contingências de ser uma rádio pública implicassem o enfeudamento discursivo às posições do regime. Segundo Dina Cristo (2005: 37), a Rádio Renascença atrasou-se a adoptar essa nova dinâmica, pois os seus noticiários eram pouco frequentes e quase limitados à leitura de notícias dos jornais. Só a partir de 1972 é que a RR se lançou verdadeiramente na informação radiofónica, incluindo na produção própria de conteúdos informativos, embora por falta de profissionais qualificados tivesse refreado os seus ímpetos um ano mais tarde (João Alferes Gonçalves, *cit. in* Cristo, 2005: 37).
Uma outra transformação ocorreu no estatuto dos profissionais:

> "O profissional que trabalha nos noticiários, primeiramente redactor ou locutor de notícias, torna-se, depois, noticiarista, concedendo voz aos seus próprios trabalhos. Ao pouco, o jornalista de rádio vai surgindo como uma nova categoria entre os "homens da rádio", trazendo para o meio radiofónico o profissionalismo e a ética. Este novo profissional assume-se como responsável por aquilo que lê ao microfone e não como mero veículo de mensagens escritas por terceiros; distingue a publicidade, à qual se recusa a dar voz (embora não de princípio)". (Cristo, 2005: 40)

De salientar que, em 1963, a Rádio Voz da Liberdade, fundada por Manuel Alegre e outros portugueses fugidos da ditadura, começou a emitir para Portugal a partir de Argel. Apesar de só emitir duas ou três vezes por semana, era muito ouvida nos círculos oposicionistas.
A partir de 1957, a rádio começou a perder na capacidade de atracção de audiências para a televisão, sobretudo naquele que era o seu horário nobre (19 horas – 23 horas), pelo que teve de apostar na "flexibilidade que lhe permitia uma rapidez impossível de obter pelos outros meios de comunicação" (Cristo, 2005: 40).
A Revolução de 25 de Abril de 1974, ela própria uma revolução da rádio (foi através da rádio que os militares revoltosos deram a senha para o início das operações militares que puseram fim ao regime, foi através dela que emitiram os comunicados dos revoltosos, tal como foi através dela que a população acompanhou os acontecimentos em Lisboa), pôs fim à censura e foi o primeiro passo para o radiojornalismo português se desprender da formalidade exacerbada e ir aprendendo as regras do jogo que regulam o exercício do jornalismo num Estado de Direito democrático.

4.4 Telejornalismo e cinejornalismo em Portugal no século XX (até 1974)

O jornalismo audiovisual em Portugal começou com os primeiro micro-documentários realizados à maneira do cinema dos irmãos Lumière por cineastas como Aurélio Paz dos Reis, que filmou a "Saída do Pessoal Operário da Fábrica Confiança", entre outros pequenos filmes.

Em 1918, a produtora e distribuidora Castello-Lopes iniciou a produção do *Jornal do Condes*. Em 1919, a Secção Cinematográfica do Exército iniciou a produção das *Actualidades Portuguesas*. Nesse mesmo ano, também a Secção Cinematográfica do Diário de Notícias começou a produzir as *Actualidades Cinematográficas*. A partir dessa altura, são vários os exemplos de cinejornais que aparecem e desaparecem no país.

O *Jornal Português* foi o primeiro cinejornal produzido com continuidade em Portugal. Foi projectado nos cinemas nacionais, antecedendo a projecção do filme principal, a partir de 1938. Era dirigido por António Lopes Ribeiro e promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional (transformado em SNI após a II Guerra Mundial). Reportava as comemorações de efemérides, os eventos políticos, os desfiles militares, as inaugurações e outros acontecimentos, numa lógica de propaganda do Estado Novo. Em 1951, o *Jornal Português* foi substituído pelas *Imagens de Portugal*, que acentuou as reportagens sobre o progresso económico do país (novas fábricas e empreendimentos, inaugurações de barragens e hospitais, etc.). Os cinejornais, em Portugal como noutras partes do mundo, foram importantes para a configuração da pequena tele-reportagem como pedra basilar do telejornalismo e mesmo para a noção de variedade temática que marca os telejornais.

O telejornalismo português iniciou-se com o começo das emissões regulares da Radiotelevisão Portuguesa (RTP), empresa de capitais mistos (públicos e privados), em 1957[18]. Tratava-se de um telejornalismo ao mesmo tempo formal ("senhores telespectadores...") e propagandístico (o seu papel era, essencialmente, o de mostrar as cerimónias de corta-fitas do regime), ferozmente vigiado pelo Estado, que controlava a RTP, a exemplo do que acontecia, de resto, um pouco por toda a Europa, que implementava sistemas televisivos públicos ou mistos (capital estatal e privado). Por isso, ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos, cujo sistema televisivo assenta na televisão privada com intuitos comerciais, a televisão europeia viveu sempre na sombra do Estado, em especial até aos anos Noventa.

Quando a RTP surgiu, pôde beneficiar do exemplo das outras televisões europeias e americanas, no que respeita às técnicas e às rotinas produtivas no campo do jornalismo, apesar de os telejornais se resumirem, essencialmente, a um pivot debitando notícias em directo, situação que se pode resumir a "rádio com imagem do pivot". Porém, também havia espaço para a retransmissão de "actualidades", ainda sob suporte fílmico. As "actualidades cinematográficas" serviram, assim, de referente às incipientes reportagens telejornalísticas, até porque estas últimas eram elaboradas em suporte fílmico e o trabalho de edição em televisão exigia os mesmos dispositivos técnicos do cinema. Todavia, a introdução da tecnologia do vídeo na RTP, em 1964, alterou esse estado de coisas, tornando o telejornalismo português mais rápido, mais ágil e mais barato e ajudando a construir uma estrutura própria para a pequena reportagem de televisão, típica dos telejornais (normalmente: pivot – imagens de contexto e início do comentário-off − excerto de entrevista − mais imagens e comentário sobre imagens eventualmente misturados com excertos de entrevista − final, que tanto pode ser imagem com comentário-off, como uma intervenção do jornalista no local do acontecimento). O vídeo também facilitou os directos (o primeiro carro de exteriores da RTP chegou a Portugal em 1957, o que permitiu a cobertura em directo do jogo Sporting − FC Áustria, em 1958, primeira transmissão directa de um acontecimento

[18] O início da televisão em Portugal data, porém, de 1956, com as primeiras emissões experimentais na feira popular, em Lisboa.

nacional, e de um jogo de hóquei em patins Espanha-Portugal, em 1960, primeira transmissão em directo do estrangeiro).
Há que dizer que Salazar sempre foi refractário à televisão. O regime era discursivamente representado nos telejornais pela omnipresente cobertura subserviente, burocratizada e enfadonha das cerimónias protocolares, protagonizadas pelos ministros e secretários de Estado, mas não pelo presidente do Conselho, um pouco, aliás, à semelhança do que acontecia na rádio. Com a ascensão de Marcelo Caetano à presidência do Conselho de Ministros, a televisão foi mais marcadamente instrumentalizada pelo regime, tendo ficado célebres os programas de "Conversas" protagonizados pelo próprio presidente do Conselho, bem como os editoriais agressivos (contra a oposição, contra os movimentos anti-colonialistas, contra os países que apoiavam esses movimentos...) que passaram a marcar os telejornais. Assim, embora ecoando a mensagem do regime cadavérico que assombrava Portugal, a televisão também contribuía para alertar os cidadãos para aquilo que se passava no mundo e, sobretudo, para quebrar o isolamento em que Portugal vivia, graças a um regime que vivia arredado dos novos tempos e enredado nos enormes problemas que ele mesmo criou. A participação de intelectuais em programas da RTP, ou mesmo a autoria de programas por intelectuais, também terão tido a sua quota-parte de responsabilidade na ressintonização dos portugueses com a história e com a Europa.
A reconquista da liberdade, em Abril de 1974, permitiu que também o telejornalismo se libertasse da censura institucionalizada e se aproximasse da realidade quotidiana das populações.

5. Os jornalistas em Portugal até Abril de 1974

Até quase aos finais do século XIX, os jornalistas, em Portugal, eram, essencialmente, cidadãos que escreviam para os jornais. Tengarrinha (1989: 189 – 193) relembra, inclusivamente, que nos séculos XVII e XVIII os periódicos nasciam por iniciativa de particulares, normalmente donos de tipografias. Para o autor, a principal razão para uma alegada "mediocridade" do jornalismo português nessa época foi a falta de colaboração dos grandes intelectuais nos periódicos "ou, quando o fizeram, não haverem empenhado nele[s] todas as suas faculdades". "Meros noticiaristas ou enciclopedistas de cultura muito rudimentar, limitavam-se, quase sempre, a ser tradutores de folhas estrangeiras ou mercenários que escreviam os que lhes mandavam os poderosos da Corte do Governo" (Tengarrinha, 1989: 189).
Porém, relembra ainda o mesmo autor, no século XIX, em especial a partir de 1834, a situação modifica-se, passando os jornais a integrar mais colaboradores, surgindo as funções de editor e de chefe-de-redacção. Para além disso, a qualidade do jornalismo nacional elevou-se devido à colaboração com a imprensa de intelectuais e escritores como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro. No entanto, foi lenta e gradual a transformação profissionalizante dos "cidadãos jornalistas" e "escritores de jornal" em jornalistas profissionais.
Alguns dos "cidadãos jornalistas" oitocentistas com ambições políticas, como António Rodrigues Sampaio, fundavam jornais "de partido" ou colaboravam com eles. Ser *redactor*, isto é articulista, tendo a missão de redigir os artigos políticos, era, assim, a grande ambição de muitos os que se diziam jornalistas. Outros ainda ambicionavam tornarem-se conhecidos como *publicistas*, isto é, como divulgadores das novas ideias que surgiam no mundo, como Sampaio Bruno, Bulhão Pato e Latino Coelho. Esses "escritores de jornais" não tinham sentido de classe. Aliás, muitas vezes digladiavam-se politicamente entre eles, através dos periódicos, o que destruía, à partida, qualquer sentimento gregário que pudessem alimentar. Os *repórteres*, categoria profissional que se foi estabelecendo a partir do final do século XIX, graças à industrialização da imprensa, eram vistos como uma espécie de jornalistas de segunda categoria. Os

informadores eram ainda menos considerados, constituindo a "ralé" do jornalismo nacional: como a sua denominação indica, a sua missão essencial era informar os repórteres e os redactores do que acontecia.

Foi em 1880, por ocasião das comemorações do tricentenário da morte de Camões, que pela primeira vez se constituiu uma associação de jornalistas em Portugal: a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. A denominação dessa associação indica a grande identificação entre os que se diziam jornalistas e os escritores. Bastante elitista, foi presidida por António Rodrigues Sampaio, redactor principal do jornal *Revolução de Setembro*. Entre os fundadores estavam Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pinheiro Chagas e Eduardo Coelho e a ela aderiram, posteriormente, muitos dos jornalistas de elite lisbonenses, como Emídio Navarro, Mariano de Carvalho, Brito Aranha, Latino Coelho, Mendes Leal e outros. A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, apesar de uma tentativa de revitalização desencadeada por uma revisão estatutária, em Janeiro de 1885, acabou por desaparecer com poucos projectos realizados e sem conseguir cativar jornalistas de fora de Lisboa (Cunha, 1941 b).

Outras associações "de classe" foram formadas no final do século XIX, dando conta da progressiva consciencialização profissional dos jornalistas e da sua crescente identificação como grupo profissional autónomo. A Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, por exemplo, foi fundada em 1882, por jornalistas, literatos e publicistas como Henrique Carlos de Moranda, João de Oliveira Ramos, Gaspar Borges de Avelar e outros, fundindo mais uma vez o espírito do jornalismo com o da literatura. Sem rumo definido entre a cultura e a representação "sindical" da classe, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, embora ainda exista, o acabou por se tornar, com o tempo, essencialmente um grémio mutualista e cultural, tendo publicado, durante anos, o jornal *Gazeta Literária*.

Dentro do mesmo espírito de confluência entre o jornalismo e a literatura, foi fundada a Associação dos Jornalistas de Lisboa, em 1896, por Alfredo da Cunha, Trindade Coelho e Lourenço Cayolla, a que se juntaram Magalhães Lima e Brito Aranha. Também de carácter elitista, a Associação dos Jornalistas de Lisboa chegou a enviar delegados a vários congressos internacionais de jornalistas, que então se iam realizando um pouco por toda a Europa e nos Estados Unidos. Como coroa de glória, essa associação organizou, em 1898, um Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa, certame que reuniu 343 jornalistas de 18 países e no qual se debateram temas profissionais que ainda hoje teriam grande actualidade, como o ensino universitário do jornalismo, os direitos de propriedade intelectual, o direito (e a liberdade) de imprensa, a criação de carteiras de identidade dos jornalistas, etc. (Cunha, 1941 b). Apesar desses pontos altos, as actividades da Associação dos Jornalistas de Lisboa decaíram e nem a remodelação dos estatutos, em Fevereiro de 1907, nem a alteração da denominação para (segunda) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, constante nos novos estatutos, nem sequer a realização de um congresso de jornalistas, em 1909, a salvaram da extinção, provocada, em grande medida, pelo seu carácter elitista, já que, como afirma Alfredo da Cunha (1941 b: 24-25), "só intentava congregar (...) escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português – a aristocracia da imprensa."

Em 1897, por iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, foi fundada a Associação da Imprensa Portuguesa. Ao contrário das outras organizações de classe, das quais se tornou rival, admitia informadores e repórteres entre os seus membros. De acordo com Alfredo da Cunha (1941 b), distinguiu-se pelo mutualismo, pela luta pela liberdade de imprensa e ainda pela organização de eventos.

Em 1905, foi fundada a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, depois renomeada Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em 1921, no rescaldo da primeira greve dos jornalistas (e tipógrafos), organizada por essa associação. No alvorecer do Estado Novo, o Sindicato teve de encerrar as suas portas, para dar lugar ao Sindicato Nacional dos Jornalistas.

A Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa não atraiu as elites jornalísticas, mas, nas palavras de Alfredo da Cunha (1941 b), foi a entidade que mais se distinguiu no socorro mútuo, tendo no seu seio nascido aquela

que se viria a tornar a Casa da Imprensa, associação mutualista que ainda hoje subsiste. Os textos dos *Boletins* da Associação/Sindicato contribuíram, no dizer de Alfredo da Cunha (1941 b), para explicitar quem se devia considerar profissional da imprensa, por motivos de atribuição de carteira de identidade, mas também discutiam outras questões relevantes para os jornalistas da altura, como o contrato de trabalho, as condições de exercício da profissão, as condições de subsistência dos jornalistas e jornalistas aposentados, a criação de uma escola de jornalismo, etc.

Segundo Cunha (1941 b), no primeiro *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, datado de 1926, mostra-se que, segundo um documento da Direcção dos Serviços das Associações Profissionais, apenas tinham existência legal, em Junho de 1925, o próprio Sindicato e a Casa dos Jornalistas, que tinha sido fundada em 26 de Março de 1921, devido a uma dissidência de sócios da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa que se tinham oposto à sua transformação em sindicato. A Casa dos Jornalistas teve, porém, vida curta e acabou por fundir-se com a Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, processo concluído em 1931.

Segundo Alfredo da Cunha (1941: 34), entre 1880 e 1924 os jornalistas fundaram onze organizações de classe. Embora muitas tenham tido vida curta, esse dado permite observar, como sustentámos em tese, a crescente consciencialização profissional e de classe dos jornalistas portugueses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mais do que isso, a fundação de entidades como a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa/Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa denuncia a crescente proletarização da profissão de jornalista, num quadro de industrialização da imprensa, e a preponderância, também ela crescente, dos *repórteres* sobre os *redactores*, como bem documenta o êxito do “Repórter X”, pseudónimo do jornalista Reinaldo Ferreira e título do semanário sensacionalista e popular que ele criou. Nas primeiras décadas do século XX, um outro exemplo do avanço do repórter sobre o redactor como modelo de profissional do jornalista e da reportagem como género jornalístico por excelência em detrimento do artigo de fundo está nas várias colectâneas de reportagens editadas por jornalistas portugueses[19] e nas coberturas de guerra feita por eles[20].

Tengarrinha (1965: 190-191) sustenta que foi o processo de industrialização do jornalismo e de gradual aumento de importância da informação sobre a opinião, conciliado com as actividades das agências noticiosas e da adopção de tecnologias como o telégrafo e o telefone, que permitiu que o *repórter* fosse ganhando importância sobre o *redactor*:

> “Com os progressos técnicos e o melhoramento dos meios de comunicação e dos transportes, os jornais utilizam processos cada vez mais rápidos e seguros para a obtenção de notícias. À medida que se avança no terceiro quartel do século XIX, assiste-se a uma verdadeira revolução neste capítulo. Os jornais passam então a dispor de dois principais veículos informativos: para o noticiário do exterior, o telégrafo, que fora pela primeira vez utilizado ao serviço da imprensa periódica em 1845, pelo inglês *Morning Chronicle*, exemplo que foi depois seguido em todo o mundo e também em Portugal; para o noticiário local, o repórter, ou seja, já não o redactor preso à sua secretária, aguardando que as notícias lhe venham cair nas mãos, mas o jornalista ágil, móvel, indo ao encontro do acontecimento para fornecer sobre ele a maior soma de pormenores possível. A grande imprensa europeia (...) inaugurara em meados do século o sistema de enviados especiais ao estrangeiro, o que só muito mais tarde é seguido pela portuguesa. Os mais importantes jornais alargam

---

[19] Por exemplo: *Jornal de um Correspondente de Guerra em Espanha*, de José Augusto, 1936; *Nas Trincheiras de Espanha*, de Artur Portela, s/d; *Reportagem*, de Luís Teixeira, 1932; *Guerra em Moçambique*, de Nuno Rocha, 1968, etc.

[20] Consultar, nomeadamente, os livros de José Rodrigues dos Santos, resultantes da sua tese de doutoramento: *A Verdade da Guerra* (Lisboa: Gradiva, 2002), *Crónicas de Guerra* (Lisboa: Gradiva, 2001) e *Crónicas de Guerra II* (Lisboa: Gradiva, 2002).

> também as suas redes de correspondentes na província, os quais adquirem maior sentido de responsabilidade. Por tudo isto, o noticiário, ao mesmo tempo que alcança maior desenvolvimento, ganha exactidão e rigor".

Nesse quadro, as rivalidades internas às organizações ilustra a divisão entre aqueles que se consideravam jornalistas profissionais ("proletários"), mais gregários, e os que se consideravam "cidadãos jornalistas", ou, mais concretamente, "escritores de jornal", mais individualistas e que se veriam a si mesmo como uma espécie de "aristocratas" do jornalismo, uma elite de literatos e publicistas.

Em 1934, foi criado o Sindicato Nacional dos Jornalistas, com fins de previdência, formação profissional e, especialmente, de representação da classe dos jornalistas, tendo lugar na então Câmara Corporativa. O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e outras organizações jornalísticas foram, então, extintas. Embora, por razões ideológicas, no início vários jornalistas tenham resistido a incorporar-se no novo sindicato, acabaram, maioritariamente, por se acomodar à situação (Sobreira, 2003: 50-51). O Sindicato dos Jornalistas é ainda hoje a principal entidade representativa dos jornalistas portugueses, ainda que subsistam clubes e grémios profissionais.

Os Estatutos do Sindicato dos Jornalistas explicitavam, no artigo 2, que o reconhecimento do estatuto de jornalista profissional dependia do "exercício continuado" do jornalismo como actividade remunerada. A Carteira de Identidade do Jornalista, também instituída em 1934, era atribuída, em consonância, a quem fazia do jornalismo a sua "profissão dominante" enquanto "actividade permanente e remunerada". Alterações posteriores, como as de 1941, não afectaram muito essas definições de base sobre quem era e quem não era jornalista profissional. Diga-se, no entanto, que durante muitos anos (até 1972) o Sindicato não aceitou a filiação de radiojornalistas, cinejornalistas, jornalistas da imprensa desportiva e outras especializações profissionais, limitando o ingresso, essencialmente, aos profissionais da imprensa diária e semanal nacional. Em 1943, foi regulamentado o exercício da profissão de jornalista, por decreto-lei.

Fernando Correia e Carla Baptista (2007) dissecam muito bem as principais transformações ocorridas no jornalismo nacional a partir dos finais dos anos Cinquenta. Lendo o livro desses autores, conclui-se que ocorreu um rejuvenescimento da classe profissional dos jornalistas, provocado pelo ingresso de jovens na profissão. Como estes tinham mais habilitações académicas do que os seus antecessores, verificou-se também uma melhoria nos índices de escolaridade dos jornalistas. Os novos jornalistas viam-se cada vez menos como "escritores de jornais", cada vez menos como boémios "desenrascados" que exerciam o "sacerdócio" jornalístico frequentemente a par de outras profissões, e cada vez mais como *profissionais*. O espírito empresarial que tomou conta do jornalismo português foi o principal factor por trás dessa transformação e conduziu, ainda, à modernização tecnológica das empresas jornalísticas. Surgiram, por outro lado, insistentes vozes clamando pela institucionalização do ensino superior do jornalismo (algo que, de resto, a classe já reivindicava desde o final do século XIX) e alguns jornalistas foram mesmo fazer licenciaturas em Jornalismo noutros países, tendo o primeiro sido o jornalista João Gomes, do *Diário de Lisboa*, que obteve a sua graduação na Universidade de Lille, na década de Sessenta. A entrevista e a reportagem ganharam protagonismo face ao artigo, o que contribuiu para separar as águas entre os "escritores de jornal" e os jornalistas profissionais. A subserviência ao regime e a censura eram também crescentemente contestadas pelos jornalistas, em consonância com a evolução das correntes de opinião pública. As mulheres começaram a afluir às redacções, até então quase inteiramente dominadas por homens. Assim, os jornalistas portugueses terão chegado a 1974 com a consciência, e também com o orgulho, de constituírem uma classe profissional autónoma, cada vez melhor formada, mais *profissionalizada* e em sintonia com o seu tempo.

Conclusões

Este breve traçado da evolução do jornalismo em Portugal mostra que o jornalismo português nasceu e evoluiu sintonizado com o que se fazia na Europa, em particular em França, país que até ao século XIX ditou "as modas" em Portugal. No entanto, as guerras napoleónicas (em que Portugal alinhou pelos britânicos) e, posteriormente, as lutas liberais (que levaram muitos portugueses a exilar-se no Reino Unido) e o liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa se abrisse ao modelo britânico de jornalismo, assente no princípio da liberdade de imprensa.
Portugal também não passou ao lado do fenómeno da industrialização, popularização (massificação) e profissionalização da imprensa, ainda no século XIX, e por todas as vicissitudes, discussões e traumas que ele gerou entre os jornalistas da "velha guarda" ("pesados", opinativos, elitistas, literários e com "garra" partidária) e os primeiros "novos jornalistas", verdadeiros repórteres, mais ágeis, que faziam da notícia, da informação, o seu modo de vida.
A ditadura em que Portugal viveu durante grande parte do século XX não impediu o jornalismo português de se desenvolver formalmente mais ou menos sintonizado com o que se fazia nos restantes países ocidentais, embora os conteúdos registassem inevitavelmente a marca da censura e da propaganda. Chegaram, assim, com atraso a Portugal as novidades jornalísticas surgidas nos anos Sessenta (Jornalismo de Precisão, o novo Novo Jornalismo, etc.).
A rádio impôs-se rapidamente em Portugal nos anos Trinta, mas a televisão tardou a chegar (1956/1957). Embora controladas pela ditadura e pelo Estado, a rádio e a televisão ampliaram o panorama que os portugueses tinham do mundo e contribuíram para modificar o jornalismo impresso, embora no início tivessem copiado vários tiques expressivos da imprensa.
Em 1974, a Revolução de Abril trouxe com ela a liberdade de expressão e de imprensa e colocou Portugal na lista dos Estados de Direito que têm uma concepção liberal do jornalismo.
Portanto, a grande conclusão que se pode tirar é a de que Portugal, com mais ou menos vicissitudes, acompanhou genericamente o desenvolvimento formal do jornalismo no mundo ocidental, primeiro com base no modelo francês e depois com base no modelo britânico (assente no princípio da liberdade de imprensa), embora, ao nível funcional, designadamente ao nível da expressão e dos conteúdos, esse desenvolvimento tenha sido retardado pela ditadura que amordaçou o país entre Maio de 1926 e Abril de 1974.

Bibliografia

ALVES, J. A. S. *O Poder da Comunicação*. Cruz Quebrada: casa das Letras, 2005.

CABRERA, A. *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CARVALHO, A. A.; CARDOSO, A. M. e FIGUEIREDO, J. P. *Direito da Comunicação Social. O Regime Jurídico da Comunicação Social em Portugal*. 2ª edição. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

CORREIA, F. e BAPTISTA, C. *Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português 1956-1968*. Lisboa: Caminho, 2007.

CRISTO, D. *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958 – 1974)*. Coimbra: Minerva, 2005.

CUNHA, A. *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941 a.

CUNHA, A. *Jornalismo Nacional: Das Malogradas Associações de Imprensa á Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses.* Separata do *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas, n.º 2, Junho, 1941 b.

FRANCO, G. *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa: Symbolon, 1993.

GOMES, L. F. (Compilador). *Jornalistas do Porto e a Sua Associação*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de letras do Porto, 1925.

JORGE, A. R. O Diário do Porto − 1809. Um jornal pró-francês no tempo de Soult. Separata da *Revista de História*, vol. II, 1979.

MARQUES DE MELO, J. *História Social da Imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. [1ª edição publicada em 1974, sob o título *Sociologia da Imprensa Brasileira*, pela editora Vozes.].

MARQUES DE MELO, J. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Paulus, 2006.

PENA RODRÍGUEZ, A. Historia del periodismo portugués, *in* PIZARROSO QUINTERO, A. *Historia de la Prensa*, Madrid: Editorial Centro de Estúdios Ramón Areces, 1994.

PIÇARRA, M. C. *Salazar Vai ao Cinema. O* Jornal Português *de Actualidades Filmadas*. Coimbra: Minerva, 2006.

PINHEIRO, F. *A Europa e Portugal na Imprensa Desportiva (1893-1945)*. Coimbra: Minerva, 2006.

SOBREIRA, R. M. *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma Profissão em Construção*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

SOUSA, J. P. *Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental*, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália, 1965. [Também consultada a 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989].

VALENTE, J. C. *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses. I Parte (1834-1934).* Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998.

VARGUES, I. N. *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, 1997.

VERÍSSIMO, H. A. *Os Jornalistas nos Anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 2003.